



PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO
[ALÍNEA B, DO Nº 1, DO ART.º 20.º DO CÓDIGO DOS
CONTRATOS PÚBLICOS (CCP)]

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE
SEGUROS**

CADERNO DE ENCARGOS

CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Rua Padre José Rodrigues Barros, 219 | 3660-061 Carvalhais

Nipc: 502 639 709

Tel. 232 700 040; Fax. 232 700 049

Correio eletrónico: aprovisionamento.centro@gmail.com

Portal oficial: <http://cps-carvalhais.com>

Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

outubro, 2023

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
Cláusula 1.ª Objeto	4
Cláusula 2.ª Colocação e acompanhamento técnico do contrato	4
Cláusula 3.ª Proposta.....	4
Cláusula 4.ª Contrato	5
Cláusula 5.ª Prazo de execução do contrato	5
Cláusula 6.ª Obrigações do prestador de serviços.....	6
Cláusula 7.ª Prestação do serviço e informação	8
Cláusula 8.ª Dever de sigilo.....	9
Cláusula 9.ª Preço contratual	10
Cláusula 10.ª Condições de pagamento	10
Cláusula 11.ª Penalidades contratuais.....	11
Cláusula 12.ª Força maior	12
Cláusula 13.ª Resolução por parte da Entidade Adjudicante.....	13
Cláusula 14.ª Resolução por parte do prestador de serviços	14
Cláusula 15.ª Gestor do contrato	14
Cláusula 16.ª Caução	14
Cláusula 17.ª Foro competente	14
Cláusula 18.ª Subcontratação e cessão da posição contratual.....	15
Cláusula 19.ª Comunicações e notificações.....	15
Cláusula 20.ª Deveres de informação.....	15
Cláusula 21.ª Contagem dos prazos.....	16
Cláusula 22.ª Proteção de Dados.....	16
Cláusula 23.ª Legislação aplicável.....	18
PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	20
Cláusula 24.ª Objeto da prestação do serviço	21
Cláusula 25.ª Contratação por lotes	21
Cláusula 26.ª Seguro de Acidentes de Trabalho	22
Cláusula 27.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Programas Ocupacionais promovidos pelo IEPF	28
Cláusula 28.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Escola Profissional.....	34
Cláusula 29.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Creche	43
Cláusula 30.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Formação Profissional.....	49
Cláusula 31.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Residência Estudantil	56
Cláusula 32.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Mobilidade (Erasmus e Programas análogos)	62
Cláusula 33.ª Seguro de Acidentes Pessoais – Viagens.....	69
Cláusula 34.ª Seguro de Frota Automóvel.....	77
Cláusula 35.ª Seguro de Multirriscos Patrimoniais	90
Cláusula 36.ª Seguro de Responsabilidade Civil.....	100
Anexos do Caderno de Encargos	108

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Concurso Público que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros para o Centro de Promoção Social, nos termos e condições das especificações técnicas constantes das Clausulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Colocação e acompanhamento técnico do contrato

1. Após adjudicação, o Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante, Sospel – Corretores de Seguros, SA, ficará encarregue da colocação e do acompanhamento técnico dos seguros contratados.

Cláusula 3.^a

Proposta

1. A apresentação da proposta deverá, sob pena de exclusão, obedecer aos seguintes critérios:
 - 1.1. Conter o valor global para todos os ramos de seguro objeto do presente procedimento;
 - 1.2. Identificar o âmbito e os objetos de cada ramo de seguro;
 - 1.3. Apresentar os ramos técnicos de forma individualizada e por ramo, com a estrutura e sequência das clausulas técnicas deste Caderno de Encargos;
 - 1.4. Garantir todos os riscos enunciados por cada ramo técnico deste Caderno de Encargos, admitindo-se, contudo, que alguns seguros possam incluir mais coberturas que as exigidas, devendo estas ser enunciadas;
 - 1.5. Juntar as Condições Gerais e as Condições Especiais de cada ramo objeto do presente concurso;



- 1.6. Apresentar, de forma individualizada, os prémios unitários, os prémios comerciais, os impostos e demais encargos bem como os prémios totais de cada ramo técnico.

Cláusula 4.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3. O presente Caderno de Encargos;
 - 2.4. A Proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no art.º 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no art.º 101.º do mesmo código.

Cláusula 5.^a

Prazo de execução do contrato

1. Prevê-se que o contrato a celebrar na sequência do presente procedimento entre em vigor às 00h00 do dia 01 de dezembro de 2023, e vigore até ao dia 31 de agosto de 2024 (275 dias), podendo ser renovado por dois períodos de 12 meses até à duração máxima de 1005 (mil e cinco) dias, sem



prejuízo de ficarem plenamente salvaguardados, até à data do seu término, os riscos garantidos através de apólices temporárias cuja data de fim se prolongue para além desse prazo.

2. O período de duração inicial do contrato será de 275 (duzentos e setenta e cinco) dias sendo automaticamente renovado por períodos de 12 meses, até à duração máxima referida no ponto anterior, salvo se for denunciado por qualquer das partes, mediante pré-aviso através de correio registado, com uma antecedência de 60 (sessenta dias) em relação a data da sua renovação.
3. A data de renovação do contrato ocorrerá no dia 01 de setembro de cada ano.
4. O prestador de serviços terá de executar o contrato de acordo com a proposta, prevalecendo sempre, para todos e quaisquer efeitos, o que se encontra fixado nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Executar a prestação do serviço de seguros em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nas Especificações Técnicas, que constam do presente Caderno de Encargos;
 - 1.2. Manter válidas todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora;
 - 1.3. Assumir a prestação de serviços decorrente da contratação das apólices objeto do presente procedimento, perante a Entidade Adjudicante, através da emissão de apólices em nome dessa entidade;
 - 1.4. Notificar a Entidade Adjudicante, por escrito, do montante a pagar, assim como da forma de pagamento, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio ou fração deste;



- 1.5. Proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento dos sinistros e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos;
- 1.6. Pagar as indemnizações logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade e à fixação do montante dos danos. Se decorridos 30 dias sobre a posse de todos os elementos indispensáveis à reparação da indemnização acordada, o prestador de serviços, não tiver realizado essa obrigação por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo a indemnização juros à taxa legal em vigor;
- 1.7. Não proceder a qualquer alteração das taxas das apólices ou outras condições particulares ou especiais no decurso da execução do contrato, exceto se essas alterações resultarem de disposição legal, de norma da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com o prévio consentimento da Entidade Adjudicante;
- 1.8. Não se verificando quaisquer dos pressupostos da alínea anterior, a atualização dos prémios das apólices apenas será aceite em caso de alteração dos objetos seguros, dos capitais seguros, das pessoas seguras ou das massas salariais seguras;
- 1.9. Dar resposta a qualquer solicitação da Entidade Adjudicante no prazo máximo de 48 horas;
- 1.10. A Entidade Adjudicante, nos termos do n.º 1 do art.º 48 do *Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de Resseguros*, aprovado no Anexo à Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro, exerceu o seu direito de designar um Corretor de Seguros para intervir na mediação e gestão dos contratos de seguros adjudicados, constituindo obrigação do prestador de serviços:
 - 1.10.1. Aceitar a intervenção do Corretor de Seguros em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, cobranças e monitorização da execução do contrato;
 - 1.10.2. Fornecer ao Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao bom desempenho da sua atividade e à eficiente colocação e gestão, quer dos contratos de seguro adjudicados, quer dos sinistros que venham a ocorrer;
 - 1.10.3. Aceitar como data de comunicação de qualquer risco, a data em que a Entidade Adjudicante comunique esse risco ao seu Corretor de Seguros;
 - 1.10.4. Assegurar a remuneração do Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante, conforme previsto na alínea c) do art.º 23º do *Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e de*



Resseguros, aprovado no Anexo à Lei nº 7/2019, de 16 de janeiro, em função da tabela de comissionamento que o adjudicatário tenha em vigor à data de adjudicação, sem que tal facto implique qualquer encargo para a Entidade Adjudicante ou qualquer alteração ao valor da proposta adjudicada;

- 1.11. Comunicar à Entidade Adjudicante, com uma antecedência de 30 dias, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços definida neste Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - 1.12. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - 1.13. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 7.ª

Prestação do serviço e informação

1. A prestação do serviço deve ser executada em conformidade com todas as cláusulas contratuais, e demais legislação aplicável, de modo a garantirem as especificações técnicas de presente Caderno de Encargos.
2. O prestador de serviços deve disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações que esta lhe solicitar, diretamente ou através do seu Corretor de Seguros, e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo a Entidade Adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo prestador de serviços e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.



3. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao prestador de serviços o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente à Entidade Adjudicante a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre teores e quaisquer aspetos da respetiva execução.

Cláusula 8.ª

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. A obrigação referida nos números anteriores é extensível aos agentes, funcionários e colaboradores do Adjudicatário, bem como a terceiros que o mesmo envolva na execução da prestação do serviço.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior, incluindo a possibilidade de eventuais renovações até à duração máxima de 1005 (mil e cinco) dias, não pode, em qualquer caso, ser superior a **110.000,00€ (cento e dez mil euros)**.
3. O preço contratual é o resultado do somatório do preço de:
 - 3.1. Ano 1 – Com a duração de 275 dias;
 - 3.2. Ano 2 – Com a duração de 12 meses;
 - 3.3. Ano 3 – Com a duração de 12 meses.
4. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo os custos das apólices, custos de cartas verdes, custos de fracionamento de pagamentos, despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas diretamente ao segurador, ou a este por intermédio do Corretor de Seguros mencionado nos Avisos de Pagamento, observando o regime jurídico dos contratos de seguros e demais legislação aplicável.
2. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.



3. Apenas serão permitidas alterações às condições contratuais das apólices se estas resultarem de disposição legal ou de normas da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
4. Apenas serão aceites atualizações de prémios se, por imposição legal ou por pedido expresso da Entidade Adjudicante, se verificar a alteração dos capitais seguros, alteração das massas salariais seguras, alteração do número de pessoas seguras ou alteração das coberturas da apólice.
5. Qualquer atualização de prémio originada por alteração de massas salariais seguras, por alteração do número de pessoas seguras ou de capitais seguros não pode ser superior à que resultaria da aplicação das taxas comerciais ou do prémio por pessoa, que constar no *Anexo III “Mapa de Preços e Quantidades”* entregue pelo concorrente, à variação verificada.

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. De acordo com o previsto no art.º 329.º do CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode, a título sancionatório, exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. O valor da sanção pecuniária não pode, contudo, ser superior a 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato, conforme previsto no art.º 330.º e seguintes do Capítulo VIII do Código dos Contratos Públicos.
3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no ponto anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.



Cláusula 12.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser imediatamente comunicadas à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços, violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:
 - 1.1. Se não forem cumpridas as Especificações Técnicas estabelecidas na Parte II deste Caderno de Encargos;
 - 1.2. Se se verificar o incumprimento, por um período superior a 90 dias, no reembolso dos valores relativos a estornos de prémios por cessação antecipada de contrato ou por diminuição de capitais, coberturas ou riscos do contrato;
 - 1.3. Se se verificar o incumprimento, por um período superior a 30 dias no reembolso dos valores relativos a indemnizações por sinistros, contados desde a data em que a responsabilidade esteja atribuída.
2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determinará a repetição das prestações já realizadas a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade Adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento do contrato.

**Cláusula 14.ª****Resolução por parte do prestador de serviços**

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato nos casos previstos no art.º 332.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª**Gestor do contrato**

1. O gestor do contrato, conforme definido nos termos do art.º 290º-A do Código dos Contratos Públicos, será designado pela entidade competente para a decisão de contratar aquando da adjudicação do contrato.
2. No desempenho das suas funções, o gestor do contrato contará com o apoio técnico especializado do Corretor de Seguros da Entidade Adjudicante.

Cláusula 16.ª**Caução**

1. É dispensada a prestação da caução nos termos do nº 2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e não haverá lugar à retenção a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo, por o preço contratual ser inferior a 500.000,00

Cláusula 17.ª**Foro competente**

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.



Cláusula 18.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização escrita da Entidade Adjudicante.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias que constituam, ou não, força maior e que previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma das obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.



Cláusula 21.ª

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª

Proteção de Dados

1. Adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado por RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/01 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a cessação, designadamente:
 - 1.1. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
 - 1.2. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - 1.3. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - 1.4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição acidental, alteração, difusão ou acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
 - 1.5. Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato;



- 1.6. Manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- 1.7. Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador;
- 1.8. Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- 1.9. Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- 1.10. Adotar as medidas de segurança previstas no art.º 32.º do RGPD que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- 1.11. Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos do RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
- 1.12. Garantir a eficácia de mecanismos de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33.º do RGPD;
- 1.13. O Adjudicatário não pode subcontratar o serviço relativamente ao qual é estabelecido o presente contrato, nem o tratamento de dados pessoais de titulares da Entidade Adjudicante, sem prévia autorização desta, dada por escrito;



- 1.14. O Adjudicatário deve apagar ou devolver (consoante a escolha da Entidade Adjudicante), todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional;
- 1.15. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis;
2. Os dados pessoais a tratar no âmbito do contrato são, entre outros:
 - 2.1. Nomes;
 - 2.2. Números de Cartão de Cidadão e respetivas validades;
 - 2.3. Números de Identificação Fiscal;
 - 2.4. Moradas;
 - 2.5. Números de IBAN;
 - 2.6. Diagnósticos médicos e outras informações clínicas.
3. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções da Entidade Adjudicante;
4. O Adjudicatário declara, sob compromisso de honra, que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas pelo RGPD.

Cláusula 23.ª

Legislação aplicável

1. O procedimento é regulado pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, Decreto-Lei n.º 170/2019, de 04 de dezembro, Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, Declaração de Retificação n.º 25/2021,



de 21 de julho, Decreto-Lei n.º 78/2022, de 07 de novembro e demais legislação complementar aplicável, nomeadamente a legislação mencionada nas peças do presente procedimento.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 24.^a

Objeto da prestação do serviço

1. O contrato a celebrar reporta-se aos seguintes ramos de seguros do Centro de Promoção Social:
 - 1.1. Seguro de Acidentes de Trabalho;
 - 1.2. Seguro de Acidentes Pessoais – Programas Ocupacionais promovidos pelo IEPF;
 - 1.3. Seguro de Acidentes Pessoais – Escola Profissional;
 - 1.4. Seguro de Acidentes Pessoais – Creche;
 - 1.5. Seguro de Acidentes Pessoais – Formação Profissional;
 - 1.6. Seguro de Acidentes Pessoais – Residência estudantil;
 - 1.7. Seguro de Acidentes Pessoais – Mobilidade (Programa Erasmus e análogos);
 - 1.8. Seguro de Acidentes Pessoais – Viagens;
 - 1.9. Seguro de Frota Automóvel;
 - 1.10. Seguro de Multiriscos Patrimoniais;
 - 1.11. Responsabilidade Civil Exploração.
2. O objeto do contrato a celebrar visa a transferência de risco para seguradoras através da contratação de apólices de seguro.

Cláusula 25.^a

Contratação por lotes

1. A aquisição de seguros, objeto do presente procedimento, não será efetuada por lotes, pelos motivos que constam no Programa do Procedimento.
2. As seguradoras concorrentes, sob pena de exclusão, deverão apresentar proposta para a totalidade dos seguros, objeto do presente procedimento.



Cláusula 26.^a

Seguro de Acidentes de Trabalho

1. Objeto do seguro

1.1. O seguro de Acidentes de Trabalho compreende a transferência da responsabilidade para a seguradora por todos os encargos resultantes de sinistro tipificado como acidente de trabalho do pessoal afeto à Entidade Adjudicante que, independentemente do vínculo contratual, conste nas folhas de férias a fornecer mensalmente à seguradora, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente o *Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais, incluindo a Reabilitação e Reintegração Profissionais*, regulamentado pela Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, nos termos do art.º 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na redação atual.

2. Âmbito do seguro

2.1. É considerado acidente de trabalho, o acidente:

2.1.1. Que se verifique no local e tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte;

2.1.2. Ocorrido no trajeto normalmente utilizado e durante o período de trabalho habitualmente gasto pelo trabalhador:

2.1.2.1. De ida e de regresso para e do local de trabalho, entre a sua residência habitual ou ocasional e as instalações que constituem o seu local de trabalho,

2.1.2.2. Entre o local de trabalho e o local de refeição;

2.1.2.3. Entre o local onde, por determinação da Entidade Adjudicante, presta qualquer serviço relacionado com o seu trabalho e as instalações que constituem o seu local de trabalho habitual ou a sua residência habitual ou ocasional,

2.1.2.4. Entre qualquer dos locais de trabalho da Pessoa Segura, no caso de ter mais de um emprego, sendo responsável pelo acidente o empregador para cujo local de trabalho o trabalhador se dirige,



- 2.1.3. Ocorrido quando o trajeto normal, a que se refere o ponto anterior, tenha sofrido interrupções ou desvios determinados pela satisfação de necessidades atendíveis do trabalhador, bem como por motivo de força maior ou por caso fortuito;
- 2.1.4. Ocorrido na execução de serviços espontaneamente prestados e de que possa resultar proveito económico para o Tomador do Seguro;
- 2.1.5. Ocorrido no local de trabalho, ou fora deste, quando no exercício do direito de reunião ou de atividade de representante dos trabalhadores nos termos da Lei;
- 2.1.6. Ocorrido no local de trabalho, quando em frequência de curso de formação profissional ou, fora do local de trabalho, quando exista autorização expressa da Entidade Adjudicante para tal frequência;
- 2.1.7. Ocorrido em atividade de procura de emprego durante o crédito de horas para tal concedido por Lei aos trabalhadores com processo de cessação de contrato de trabalho em curso;
- 2.1.8. Ocorrido fora do local ou do tempo de trabalho, quando verificado na execução de serviços determinados pela Entidade Adjudicante ou por esta consentidos;
- 2.1.9. Que se verifique no local do pagamento da retribuição, enquanto o trabalhador aí permanecer para tal efeito;
- 2.1.10. Que se verifique no local onde ao trabalhador deva ser prestada qualquer forma de assistência ou tratamento por virtude de anterior acidente de trabalho e enquanto aí permanecer para esses fins.
- 2.2. Fica garantida pelo Adjudicatário a responsabilidade da Entidade Adjudicante pelos encargos obrigatórios, quer sejam em espécie, quer sejam em dinheiro, devidos aos seus trabalhadores em consequência de acidente de trabalho.
 - 2.2.1. Constituem prestações em espécie:
 - 2.2.1.1. A assistência médica e cirúrgica, geral ou especializada, incluindo todos os elementos de diagnóstico e de tratamento que forem necessários, bem como as visitas domiciliárias;
 - 2.2.1.2. A assistência medicamentosa e farmacêutica;
 - 2.2.1.3. Os cuidados de enfermagem;
 - 2.2.1.4. A hospitalização, fisioterapia e os tratamentos termais;



- 2.2.1.5. A hospedagem;
- 2.2.1.6. Os transportes para observação, tratamento ou comparência em juntas médicas e/ou atos judiciais;
- 2.2.1.7. O fornecimento de ajudas técnicas e outros dispositivos técnicos de compensação das limitações funcionais, bem como a sua renovação e reparação;
- 2.2.1.8. Os serviços de reabilitação e reintegração profissional e social, incluindo a adaptação do posto de trabalho;
- 2.2.1.9. Os serviços de reabilitação médica ou funcional para a vida ativa;
- 2.2.1.10. Apoio psicoterapêutico, sempre que necessário, à família do sinistrado;
- 2.2.1.11. A assistência psicológica e psiquiátrica ao sinistrado e respetiva família, quando reconhecida como necessária pelo médico assistente.

2.2.2. Constituem prestações em dinheiro:

- 2.2.2.1. A indemnização por incapacidade temporária para o trabalho por acidente em serviço;
- 2.2.2.2. A indemnização em capital e/ou pensão por incapacidade permanente para o trabalho;
- 2.2.2.3. O subsídio por situação de elevada incapacidade permanente;
- 2.2.2.4. O subsídio por morte;
- 2.2.2.5. O subsídio por despesas de funeral;
- 2.2.2.6. A pensão aos familiares por morte;
- 2.2.2.7. A prestação suplementar para assistência de terceira pessoa, mediante validação médica, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem apoio de outra pessoa:
 - 2.2.2.7.1. Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene;
 - 2.2.2.7.2. O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;
- 2.2.2.8. O subsídio para readaptação de habitação;



- 2.2.2.9. O subsídio para a frequência de ações no âmbito da reabilitação profissional necessárias e adequadas à reintegração do sinistrado no mercado de trabalho.
- 2.3. O local de trabalho é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou a que se deva dirigir em virtude do seu trabalho ou funções e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo e/ou direção da Entidade Adjudicante.
- 2.4. O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período normal de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e ainda as interrupções normais ou forçadas de trabalho.
- 2.5. Além dos acidentes excluídos pela legislação aplicável, estão também excluído(a)s:
- 2.5.1. As doenças profissionais;
 - 2.5.2. Os acidentes devidos a atos de terrorismo e de sabotagem, rebelião, insurreição, revolução e guerra civil;
 - 2.5.3. Os acidentes devidos a invasão e guerra contra país estrangeiro (declarada ou não) e hostilidades entre nações estrangeiras (quer haja ou não declaração de guerra) ou de atos bélicos provenientes direta ou indiretamente dessas hostilidades;
 - 2.5.4. As hérnias com saco formado;
 - 2.5.5. A responsabilidade por quaisquer multas e coimas que recaiam sobre a Entidade Adjudicante por falta de cumprimento das disposições legais.

3. Outras condições

- 3.1. Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente, os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ou funções ao/e no estrangeiro, por períodos até 15 dias, sem necessidade de prévia comunicação à seguradora e sem qualquer agravamento tarifário.
- 3.2. Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do Adjudicatário.
- 3.3. Caso no futuro se verifique a necessidade de serem adjudicadas apólices temporárias de Acidentes de Trabalho para garantir Programas de Estágios Profissionais promovidos pelo IEFP,



deverá o Adjudicatário aplicar a estas apólices a mesma taxa comercial que pratica na apólice de ano e seguintes.

4. Modalidade do seguro

- 4.1. O seguro funcionará na modalidade de prémio variável, sendo o prémio provisório calculado de acordo com a estimativa de salários anuais fornecida pela Entidade Adjudicante.
- 4.2. Para o efeito a Entidade Adjudicante obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação dos proventos salariais que cada trabalhador auferiu no mês anterior.
- 4.3. No final de cada ano civil, na data de vencimento do contrato ou em caso de resolução antecipada do contrato, será efetuado acerto em relação à diferença verificada entre o prémio provisório e o prémio definitivo, calculado em função do total de retribuições inicialmente estimadas e aquelas que foram efetivamente pagas.

5. Atividade predominante

- 5.1. Diversas atividades desenvolvidas pela Entidade Adjudicante, no âmbito das suas atribuições e competências:
 - 5.1.1.CAE principal: 88101;
 - 5.1.2.CAE's secundários: 85591, 88910, 88990, 56210, 56290.

6. Estimativa de salários

- 6.1. A massa salarial inicial prevista pela Entidade Adjudicante para a primeira anuidade é de **825.000,00€ (oitocentos e vinte e cinco mil euros)**, estimando-se que venha a ter um **incremento anual de 5%** (cinco por cento).

7. Início do seguro

- 7.1. A data previsível para o início do seguro é 01 de janeiro de 2024.
- 7.2. A apólice deverá ter o vencimento acertado para o dia 01 de setembro.

8. Formas de pagamento

- 8.1. O prémio terá um fracionamento mensal.

9. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

- 9.1. A proposta e demais condições a apresentar pelo concorrente deverão traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.



9.1.1. Anexo III “*Mapa de Preços e Quantidades*” os prémios para cada anuidade deverão ser apresentados tendo em consideração que:

- 9.1.1.1. Preço Total do 1º ano – Preço correspondente a 244 dias de risco;
- 9.1.1.2. Preço total do 2º Ano – Preço correspondente a 12 meses de risco;
- 9.1.1.3. Preço Total do 3º Ano – Preço correspondente a 12 meses de risco.

10. Informação complementar:

10.1. Estima-se que façam parte desta apólice 57 trabalhadores, que irão exercer funções nas seguintes valências:

- 10.1.1. Centro de dia e apoio domiciliário: 17 trabalhadores;
- 10.1.2. Creche: 8 trabalhadores;
- 10.1.3. Serviços gerais, administrativos e de manutenção: 19 trabalhadores;
- 10.1.4. Escola Profissional: 13 trabalhadores.

10.2. Prevê-se que, durante o prazo de execução do contrato, a massa salarial tenha um incremento anual de 5%, pelo que, na apresentação do peço contratual para este ramo, o concorrente deverá ter em consideração as seguintes massas salariais anuais:

10.2.1. Estimativa anual de salários durante a primeira anuidade: 825.000,00€, repartida pelas seguintes valências:

- 10.2.1.1. *Centro de dia e apoio domiciliário: estimativa anual (1º ano) de 245.000,00€;*
- 10.2.1.2. *Creche: Estimativa anual (1º ano) de 115.000,00€;*
- 10.2.1.3. *Serviços gerais, administrativos e de manutenção: estimativa anual (1º ano) de 275.000,00€;*
- 10.2.1.4. *Escola Profissional: estimativa anual (1º ano) de 190.000,00€.*

10.2.2. Estimativa anual de salários durante a segunda anuidade: 866.250,00€, repartida pelas seguintes valências:

- 10.2.2.1. *Centro de dia e apoio domiciliário: estimativa anual (2º ano) de 257.250,00€;*
- 10.2.2.2. *Creche: Estimativa anual (2º ano) de 120.750,00€;*
- 10.2.2.3. *Serviços gerais, administrativos e de manutenção: estimativa anual (2º ano) de 288.750,00€;*
- 10.2.2.4. *Escola Profissional: estimativa anual (2º ano) de 199.500,00€.*



- 10.2.3. Estimativa anual de salários durante a terceira anuidade: 909.562,50€, repartida pelas seguintes valências:
- 10.2.3.1. *Centro de dia e apoio domiciliário: estimativa anual (3º ano) de 270.112,50€;*
 - 10.2.3.2. *Creche: Estimativa anual (3º ano) de 126.787,50€;*
 - 10.2.3.3. *Serviços gerais, administrativos e de manutenção: estimativa anual (3º ano) de 303.187,50€;*
 - 10.2.3.4. *Escola Profissional: estimativa anual (3º ano) de 209.475,00€.*
- 10.3. O Risco de Acidentes de Trabalho encontra-se atualmente garantido pela seguradora Fidelidade através da apólice nº AT22804318.

Cláusula 27.ª

Seguro de Acidentes Pessoais – Programas Ocupacionais promovidos pelo IEFP

1. Objeto do seguro

- 1.1. Pretende-se garantir o pessoal colocado ao serviço da Entidade Adjudicante através de programas ocupacionais promovidos pelo IEFP, tais como medidas Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção+ (CEI+), reguladas pela Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, na versão alterada e republicada pela Portaria n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro, ou outra legislação que lhe suceda ou que entretanto surja e se destine a regular a colocação temporária de desempregados inscritos no IEFP, para o desempenho de trabalho socialmente necessário, através de apólices temporárias e individuais de Acidentes Pessoais com data de início e data de termo coincidentes com as datas dos respetivos contratos celebrados com o IEFP.

2. Coberturas, Capitais e Limites de Indemnização

- 2.1. As apólices a efetuar para estas pessoas deverão garantir, no mínimo, as seguintes coberturas e os seguintes limites de indemnização:
- 2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente: 75.000,00€;
 - 2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.



2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.1.1.3. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez Permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.1.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento: 15.000,00€;

2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões;

2.1.2.1.1. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.1.2.1.2. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.1.2.1.3. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.1.2.1.4. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3. Subsídio Diário em caso de Incapacidade Temporária: 25,00€/dia.



- 2.1.3.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, em consequência de acidente garantido pela apólice, e até ao valor acima fixado, o pagamento de um Subsídio Diário por Incapacidade Temporária, absoluta ou parcial.
- 2.1.3.2. Tratando-se de apólice subscrita no âmbito de Contratos Emprego Inserção ou análogo, o funcionamento desta cobertura terá as seguintes especificidades:
 - 2.1.3.2.1. O valor do subsídio diário terá como limite máximo o valor da remuneração diária recebida pela pessoa segura ou do valor diário acima fixado, quando este seja inferior;
 - 2.1.3.2.2. A atribuição do subsídio diário será feita com base na informação clínica, até ao limite de 365 dias, ou do termo do contrato de formação, caso este ocorra antes;
 - 2.1.3.2.3. A atribuição do subsídio diário cessará quando termine o contrato de formação, mesmo que este termo ocorra antes de concluídos os prazos estabelecidos nas alíneas anteriores;
 - 2.1.3.2.4. No caso de Incapacidade temporária parcial, o valor do subsídio diário a atribuir será calculado com base na percentagem de incapacidade fixada na informação clínica.

3. Exclusões

- 3.1. É admitido que fiquem excluídos os sinistros que resultem de:
 - 3.1.1. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gr. por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;
 - 3.1.2. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;
 - 3.1.3. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;
 - 3.1.4. Suicídio ou tentativa de suicídio;
 - 3.1.5. Atos notoriamente perigosos que não sejam justificados pelo exercício da profissão, quando o contrato garantir os riscos profissionais;
 - 3.1.6. Apostas e desafios;
 - 3.1.7. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;



- 3.1.8. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;
- 3.1.9. Ações praticadas pelo Tomador do Seguro sobre a Pessoa Segura;
- 3.1.10. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis qualquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;
- 3.1.11. Prática desportiva federada ou associativa e respetivos treinos;
- 3.1.12. Prática de alpinismo, artes marciais, boxe, caça de animais ferozes, caça submarina, desportos de inverno, motonáutica, motorismo, paraquedismo, tauromaquia e outros desportos e atividades análogas na sua perigosidade, tais como por exemplo, voo em asa delta e ultraleves, BTT, bungee jumping, escalada, espeleologia, kite surf, montanhismo, parapente, rafting, rappel, rugby, esqui náutico, slide, surf, body board e windsurf;
- 3.1.13. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;
- 3.1.14. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;
- 3.1.15. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA);
- 3.1.16. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;
- 3.1.17. Quaisquer outras doenças quando não se prove, por diagnóstico médico inequívoco, que são consequência direta do acidente garantido pelo contrato.
- 3.1.18. Pilotagem de aeronaves;
- 3.1.19. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;
- 3.1.20. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, “lock-outs”, distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial e usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como tipificados na legislação penal;
- 3.1.21. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;
- 3.1.22. Sempre que alguma cobertura fornecida pela apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control)



ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

- 3.1.23. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, ao Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo.

4. Outras condições

- 4.1. Além dos acidentes que possam ocorrer com os desempregados colocados pelo IEFP durante o desenvolvimento normal das suas tarefas de trabalho socialmente necessário sob orientação da Entidade Adjudicante, as apólices deverão igualmente garantir os acidentes que venham a ocorrer durante a ida e o regresso para o local do trabalho bem como as deslocações, por motivo de convocatória, ao IEFP ou à Segurança Social, qualquer que seja o meio de transporte utilizado por essas pessoas.
- 4.2. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas condições gerais apresentadas pelo concorrente, devem ficar garantidos, por todas as coberturas da apólice, os seguintes riscos:
- 4.2.1. Resultantes da utilização pela pessoa segura, durante as deslocações, de qualquer meio de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas, triciclos e quadriciclos.
- 4.3. Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, devem ficar garantidos, até ao limite indemnizatório fixado na cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:
- 4.3.1. Roturas e/ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- 4.3.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;
- 4.3.3. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente;
- 4.3.4. Reconstituição cosmética por acidente abrangido pelas condições da apólice;



- 4.3.5. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;
- 4.4. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.
- 4.4.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura *“Despesas de tratamento e repatriamento”*.
- 4.5. No caso de algum contrato ter o seu termo antes da data inicialmente prevista, quer por desistência da pessoa segura, quer por outro qualquer motivo que implique a extinção do risco, a seguradora procederá ao estorno do prémio pró-rata temporis, desde a data em que a Entidade Adjudicante comunicar a extinção do risco e a data de termo da apólice.
- 4.6. O subsídio diário em caso de incapacidade temporária só é aplicável no caso de o sinistrado estar a receber uma remuneração à data do acidente e só é devido em caso de suspensão total ou parcial do subsídio atribuído pela Entidade Promotora, não podendo, em caso algum, o valor a indemnizar ser superior ao valor que o trabalhador receberia no caso de se encontrar ativo na atividade ocupacional.

5. Pessoal estimado

- 5.1. Anualmente, estima-se que sejam colocadas temporariamente, através de programas ocupacionais promovidos pelo IEFP, **10 (dez) pessoas** distribuídas da seguinte forma:
- 5.1.1. Contratos com duração igual ou inferior a 30 dias: 1 (uma) pessoa;
- 5.1.2. Contratos com duração igual ou superior a 31 dias e igual ou inferior a 90 dias: 1 (uma) pessoas;
- 5.1.3. Contratos com duração igual ou superior a 91 dias e igual ou inferior a 180 dias: 1 (uma) pessoas;
- 5.1.4. Contratos com duração igual ou superior a 181 dias e igual ou inferior a 270 dias: 1 (uma) pessoas;



5.1.5. Contratos com duração igual ou superior a 271 dias e inferior a 366 dias: 6 (seis) pessoas.

6. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

6.1. O concorrente deverá indicar na sua proposta o prémio comercial e o prémio total aplicado a cada trabalhador, bem como o prémio comercial e o prémio total com encargos para a totalidade dos trabalhadores estimados, devendo ainda apresentar as condições gerais aplicadas a cada apólice.

7. Informações Complementares

7.1. O pessoal colocado através destes programas ficará seguro através de apólices temporárias de Acidentes Pessoais com data de início e data de termo a indicar pela Entidade Adjudicante, posteriormente e caso a caso.

7.1.1. Por cada apólice temporária emitida o adjudicatário processará um recibo de prémio único.

7.2. Independentemente de poder vir a ser colocada alguma pessoa para desempenhar outras funções, prevê-se que os trabalhadores colocados pelo IEFP ao abrigo destes programas se venham a enquadrar nas classes de risco I e II, desempenhando as seguintes funções:

- 7.2.1.1. Serviços administrativos;
- 7.2.1.2. Serviços auxiliares de ação educativa;
- 7.2.1.3. Serviços auxiliares no centro de dia e apoio domiciliário;
- 7.2.1.4. Assistentes operacionais;
- 7.2.1.5. Auxiliares de serviços gerais.

Cláusula 28.^a

Seguro de Acidentes Pessoais – Escola Profissional

1. Objeto do seguro

1.1. Pretende-se uma apólice de seguro de Acidentes Pessoais que garanta os acidentes ocorridos com os alunos matriculados na Escola Profissional do Centro de Promoção Social no decorrer de todas as suas atividades escolares que a título enunciativo, mas não limitativo, poderão ser:

1.1.1. Aulas teóricas;



- 1.1.2. Aulas práticas com recurso a maquinaria inerente ao curso profissional em que o aluno esteja inserido;
- 1.1.3. Formação do aluno em contexto de trabalho;
- 1.1.4. Estágios curriculares/profissionais efetuados pelo aluno em Empresas Particulares ou em Instituições Públicas;
- 1.1.5. Provas de aptidão profissional;
- 1.1.6. Visitas de estudo organizadas pela Entidade Adjudicante;
- 1.1.7. Atividades desportivas, recreativas ou culturais organizadas pela Entidade Adjudicante ou em que esta participe;
- 1.2. O seguro deverá também garantir os acidentes que possam ocorrer com os alunos durante o trajeto entre a residência e a escola e/ou locais de estágio curricular/profissional em empresas, independentemente do meio de transporte que venha a ser utilizado;
- 1.3. Ficará ainda garantida a responsabilidade civil que possa ser imputada ao aluno, ou a quem por ele seja civilmente responsável, relativamente à reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros durante a atividade escolar, incluindo os danos que possam causar a terceiros no decorrer de estágios de formação profissional realizados em empresas.
- 1.4. Entende-se como atividade escolar:
 - 1.4.1. A atividade exercida nas instalações do estabelecimento de ensino:
 - 1.4.1.1. Durante o horário escolar ou de trabalho;
 - 1.4.1.2. Durante os tempos livres incluídos no respetivo horário escolar;
 - 1.4.1.3. Fora do horário escolar normal desde que tal decorra de exigências ligadas às atividades (conferências diurnas e noturnas ou durante os fins de semana; realização de trabalhos de grupo, a conceção de trabalhos escritos e apresentações orais, etc.);
 - 1.4.1.4. Durante realizações de natureza escolar, circum-escolar, desportiva ou de convívio, organizadas ou autorizadas pelo estabelecimento de ensino.
 - 1.4.2. A atividade exercida fora das Instalações do estabelecimento de ensino, durante:
 - 1.4.2.1. Excursões;
 - 1.4.2.2. Aulas (ao ar livre, práticas, laboratoriais, etc.);
 - 1.4.2.3. Estágios/Projetos ligados à atividade escolar, assim como as atividades



inerentes e decorrentes do seu desenvolvimento;

1.4.2.4. Estágios curriculares/profissionais efetuados pelo aluno em Empresas Privadas ou Instituições Públicas;

1.4.2.5. Visitas de estudo organizadas pela Entidade Adjudicante, em Portugal ou no Estrangeiro;

1.4.2.6. Outras atividades circum-escolares, desportivas ou de convívio, desde que promovidas pelo estabelecimento de ensino ou com a sua participação;

1.4.2.7. No percurso normal e direto de ida e regresso entre a residência (ou outro local de estadia, desde que necessária à atividade escolar) e o estabelecimento de ensino e/ou local de formação, excluindo-se a estadia voluntária do aluno em qualquer local do percurso.

1.4.3. Diversas atividades, desde que aprovada pelo estabelecimento de ensino, tais como:

1.4.3.1. Atividades desportivas, recreativas ou culturais desenvolvidas, quer no estabelecimento de ensino, quer fora do estabelecimento de ensino, desde que promovidas ou autorizadas pela Entidade Adjudicante.

1.5. A apólice deverá ainda garantir:

1.5.1. Intoxicações derivadas do manuseamento/utilização de produtos utilizados na atividade escolar.

2. Coberturas e Capitais por Pessoa Segura

2.1. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente

2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente



à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.1.1.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;

2.1.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.1.2.Despesas de Tratamento e Repatriamento

2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.1.2.2. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.1.2.3. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.1.2.4. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.1.2.5. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3.Despesas de funeral



2.1.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura;

2.1.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.4. Responsabilidade Civil aluno

2.1.4.1. Garante a responsabilidade civil dos alunos ou de quem por eles for civilmente responsável, relativamente à reparação de danos causados a terceiros durante a atividade escolar, até ao limite do valor seguro por aluno.

2.2. Os montantes de capital a segurar, por aluno, são os seguintes:

Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral	Responsabilidade Civil Aluno
25.000,00€	2.500,00€	1.000,00€	2.500,00€

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório fixado para a cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pela apólice;

3.1.5. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente.



3.2. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.2.1. Para melhor enquadramento do ponto anterior, clarifica-se que, sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura *“Despesas de tratamento e repatriamento”*.

3.3. A seguradora procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

3.3.1. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora, quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

4. Exclusões

4.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

4.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;

4.1.2. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

4.1.3. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

4.1.4. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

4.1.5. Suicídio ou tentativa de suicídio;

4.1.6. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;



- 4.1.7. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;
- 4.1.8. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;
- 4.1.9. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;
- 4.1.10. Pilotagem de aeronaves;
- 4.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;
- 4.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;
- 4.1.13. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);
- 4.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;
- 4.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato;
- 4.1.16. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;
- 4.1.17. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, “lock-outs”, distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;
- 4.1.18. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;
- 4.1.19. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;
- 4.1.20. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito



de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

5. Pessoas seguras

5.1. Anualmente, estima-se que estejam matriculados nos cursos profissionais lecionados pela Entidade Adjudicante **175 (cento e setenta e cinco) alunos**.

6. Funcionamento da apólice

6.1. A apólice será emitida com o prémio correspondente ao número de alunos que constem da listagem inicial enviada pela Entidade Adjudicante.

6.2. Durante o decorrer do ano letivo, a Entidade Adjudicante comunicará a matrícula de novos alunos, emitindo a Seguradora Adjudicatária o respetivo prémio anual por aluno, independentemente da data em que se verificar a entrada do novo aluno.

6.3. No caso de algum aluno anular a matrícula no decorrer do ano letivo, o adjudicatário não procederá ao processamento de qualquer estorno sobre o prémio anual pago por esse aluno.

6.4. No início de cada ano letivo, será remetida listagem com os novos alunos, acertando a seguradora adjudicatária o prémio do recibo continuado de setembro em função da diferença que se verificar entre o número de alunos que finalizou o ano anterior e o número de alunos que inicia o novo ano letivo.

6.5. A seguradora Adjudicatária procederá ao acerto de prémio referido no ponto anterior através de um dos seguintes meios:

6.5.1. Anulação do recibo continuado de setembro e emissão de novo recibo com o prémio correspondente ao número de alunos matriculado no novo ano letivo;

6.5.2. Emissão de recibo de prémio ou emissão de recibo de estorno para encontro de contas com o recibo continuado de setembro.

7. Franquias

7.1. Sem franquias.

8. Início do seguro



8.1. A data de início prevista para o início do seguro é 01 de janeiro de 2024.

8.2. A apólice deverá ter o vencimento acertado para o dia 01 de setembro.

9. Forma de pagamento

9.1. O pagamento do prémio será trimestral.

10. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

10.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

10.1.1. No Anexo III “*Mapa de Preços e Quantidades*” os prémios para cada anuidade deverão ser apresentados tendo em consideração que:

10.1.1.1. Preço Total do 1º Ano – Preço correspondente a 244 dias de risco;

10.1.1.2. Preço total do 2º Ano – Preço correspondente a 12 meses de risco;

10.1.1.3. Preço Total do 3º Ano – Preço correspondente a 12 meses de risco.

11. Informação complementar

11.1. A Entidade Adjudicante prevê lecionar os seguintes cursos:

11.1.1. Mecatrónica;

11.1.2. Termalismo;

11.1.3. Restauração (restaurante e bar);

11.1.4. Restauração (cozinha e pastelaria)

11.1.5. Informática de gestão;

11.1.6. Proteção Civil.



Cláusula 29.^a

Seguro de Acidentes Pessoais – Creche

1. Objeto do seguro

- 1.1. Pretende-se uma apólice de seguro de Acidentes Pessoais que garanta os acidentes ocorridos com as crianças que frequentam a creche do Centro de Promoção Social no decorrer de todas as suas atividades, tanto nas instalações da Entidade Adjudicante como no Exterior.

2. Coberturas e Capitais por Pessoa Segura

- 2.1. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente

- 2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.
- 2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.
- 2.1.1.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;
- 2.1.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.1.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento

- 2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos



termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.1.2.2. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.1.2.3. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.1.2.4. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.1.2.5. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3. Despesas de funeral

2.1.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura;

2.1.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.4. Responsabilidade Civil aluno

2.1.4.1. Garante a responsabilidade de quem for civilmente responsável pelas crianças frequentadoras da Creche, relativamente à reparação de danos causados a terceiros durante a atividade escolar, até ao limite do valor seguro por aluno.

2.2. Os montantes de capital a segurar, por aluno, são os seguintes:



Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral	Responsabilidade Civil Aluno
25.000,00€	2.500,00€	1.000,00€	2.500,00€

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório fixado para a cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pela apólice;

3.1.5. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente.

3.2. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.2.1. Para melhor enquadramento do ponto anterior, clarifica-se que, sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura “Despesas de tratamento e repatriamento”.

3.3. A seguradora procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência



de acidentes cobertos pela apólice.

3.3.1. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora, quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

3.4. De acordo com o n.º 3 e o n.º 4 do art.º 14º do Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, alterado pela Lei n.º 147/2015, de 09 de setembro, aplicam-se aos menores de 14 anos todas as coberturas e capitais contratados.

4. Exclusões

4.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

4.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;

4.1.2. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

4.1.3. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

4.1.4. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

4.1.5. Suicídio ou tentativa de suicídio;

4.1.6. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

4.1.7. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;

4.1.8. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;

4.1.9. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;

4.1.10. Pilotagem de aeronaves;

4.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

4.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;



- 4.1.13. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);
- 4.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;
- 4.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato;
- 4.1.16. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;
- 4.1.17. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, “lock-outs”, distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;
- 4.1.18. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;
- 4.1.19. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;
- 4.1.20. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

5. Pessoas seguras

- 5.1. A apólice deverá garantir **66 (sessenta e seis) crianças**.
- 5.2. As crianças indicadas no ponto anterior correspondem ao limite máximo de crianças permitido na licença de utilização da creche.

6. Funcionamento da apólice



- 6.1. A apólice será emitida com o prémio anual correspondente ao número máximo de crianças permitido pelo Alvará (66 crianças);
- 6.2. A Entidade Adjudicante fica dispensada de enviar à seguradora adjudicatária listagens com a identificação das crianças a segurar.
- 6.3. Em caso de sinistro, a Entidade Adjudicante validará a participação com o comprovativo de matrícula da criança sinistrada.

7. Franquias

- 7.1. Sem franquias.

8. Início do seguro

- 8.1. A data de início prevista para o início do seguro é 01 de janeiro de 2024.
- 8.2. A apólice deverá ter o vencimento acertado para o dia 01 de setembro.

9. Forma de pagamento

- 9.1. O pagamento do prémio será trimestral.

10. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

- 10.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.
 - 10.1.1. No Anexo III “*Mapa de Preços e Quantidades*” os prémios para cada anuidade deverão ser apresentados tendo em consideração que:
 - 10.1.1.1. Preço Total do 1º Ano – Preço correspondente a 244 dias de risco;
 - 10.1.1.2. Preço total do 2º Ano – Preço correspondente a 365 dias de risco;
 - 10.1.1.3. Preço Total do 3º Ano – Preço correspondente a 365 dias de risco.

11. Informação complementar

- 11.1. As crianças que frequentam a Creche têm idades compreendidas entre os três meses e os três anos de idade.



Cláusula 30.^a

Seguro de Acidentes Pessoais – Formação Profissional

1. Objeto do seguro

- 1.1. Pretende-se garantir através de apólice de Acidentes Pessoais os acidentes que ocorram durante as atividades desenvolvidas pelos formandos inscritos nos cursos temporários de formação profissional lecionados pela Entidade Adjudicante.
- 1.1.1. Os cursos de formação profissional, quer sejam financiados, quer sejam não financiados, são essencialmente teóricos (leccionados em sala), sem prejuízo de, muito esporadicamente, poder ser desenvolvida alguma atividade demonstrativa em oficina.
- 1.2. O seguro deverá também garantir os acidentes que possam ocorrer com os formandos durante o trajeto entre a residência e o local da formação, independentemente do meio de transporte que venha a ser utilizado.

2. Coberturas e Capitais por Pessoa Segura

- 2.1. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente

- 2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.
- 2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.
- 2.1.1.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;
- 2.1.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e



esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.1.2.Despesas de Tratamento e Repatriamento

- 2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões
- 2.1.2.2. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;
- 2.1.2.3. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;
- 2.1.2.4. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;
- 2.1.2.5. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3.Despesas de funeral

- 2.1.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura;
- 2.1.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2. Os montantes de capital a segurar, por formando, são os seguintes:



Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
25.000,00€	2.500,00€	1.000,00€

3. Outras condições

3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório fixado para a cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

3.1.1. Lumbagos, roturas e ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;

3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;

3.1.3. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;

3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pela apólice;

3.1.5. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente.

3.2. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

3.2.1. Para melhor enquadramento do ponto anterior, clarifica-se que, sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura “Despesas de tratamento e repatriamento”.

3.3. A seguradora procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência



de acidentes cobertos pela apólice.

3.3.1. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora, quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

4. Exclusões

4.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

- 4.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;
- 4.1.2. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;
- 4.1.3. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;
- 4.1.4. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;
- 4.1.5. Suicídio ou tentativa de suicídio;
- 4.1.6. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;
- 4.1.7. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;
- 4.1.8. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;
- 4.1.9. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;
- 4.1.10. Pilotagem de aeronaves;
- 4.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;
- 4.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;
- 4.1.13. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);
- 4.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;



- 4.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato;
- 4.1.16. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;
- 4.1.17. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, “lock-outs”, distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;
- 4.1.18. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;
- 4.1.19. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;
- 4.1.20. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

5. Pessoas seguras

- 5.1. Os cursos lecionados destinam-se à certificação de competências e têm um carácter temporário, estando subdivididos da seguinte forma:
 - 5.1.1. Cursos financiados:
 - 5.1.1.1. Ações de formação de 25 horas (estimativa de 1.500 formandos):
 - 5.1.1.1.1. Ações de formação previstas anualmente: 50 ações de formação;
 - 5.1.1.1.2. Número de alunos estimados por sessão: 30 alunos.
 - 5.1.1.2. Ações de formação de 50 horas (estimativa de 750 formandos)



5.1.1.2.1. Ações de formação previstas anualmente: 25 ações de formação;

5.1.1.2.2. Número de alunos estimados por sessão: 30 alunos.

5.1.2. Cursos não financiados:

5.1.2.1. Ações de formação de 25 horas (estimativa de 200 formandos)

5.1.2.1.1. Ações de formação previstas anualmente: 10 ações de formação;

5.1.2.1.2. Número de alunos estimados por sessão: 20 alunos.

5.1.2.2. Ações de formação de 50 horas (estimativa de 80 formandos)

5.1.2.2.1. Ações de formação previstas anualmente: 4 ações de formação;

5.1.2.2.2. Número de alunos estimados por sessão: 20 alunos.

5.1.2.3. Ações de formação de 100 horas (estimativa de 100 formandos)

5.1.2.3.1. Ações de formação previstas anualmente: 5 ações de formação;

5.1.2.3.2. Número de alunos estimados por sessão: 20 alunos.

6. Funcionamento da apólice

6.1. Antes do início de cada curso de formação a Entidade Adjudicante informa a seguradora sobre:

6.1.1. Identificação da formação;

6.1.2. Data de início da formação;

6.1.3. Data de termo da formação;

6.1.4. Número de horas da formação;

6.1.5. Identificação dos formandos que participam na formação

6.1.5.1. Nome completo,

6.1.5.2. Número de Identificação fiscal,

6.1.5.3. Data de nascimento;

6.2. A seguradora emite uma apólice temporária por cada ação de formação e cobra o respetivo prémio único em função do prémio total por formando que considerou na sua proposta e o número de formandos comunicados pela Entidade Adjudicante.

6.2.1. As apólices temporárias que forem emitidas para cada uma das ações de formação não estarão sujeitas à aplicação de qualquer prémio mínimo.

7. Franquias



7.1. Sem franquias.

8. Início do seguro

8.1. Serão emitidas apólices temporárias com data de início e data de termo em função das comunicações efetuadas pela Entidade Adjudicante.

9. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

9.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

10. Informação complementar

10.1. A Entidade Adjudicante prevê realizar formações nas seguintes áreas:

10.1.1. Professores e formadores de áreas tecnológicas;

10.1.2. Professores e formadores em ciências da educação;

10.1.3. Comércio;

10.1.4. Marketing e publicidade;

10.1.5. Gestão e administração;

10.1.6. Enquadramento na organização/empresa;

10.1.7. Ciências informáticas;

10.1.8. Indústrias alimentares;

10.1.9. Produção agrícola e animal;

10.1.10. Silvicultura e caça;

10.1.11. Saúde;

10.1.12. Serviço de apoio a crianças e jovens;

10.1.13. Trabalho social e orientação;

10.1.14. Hotelaria e restauração;

10.1.15. Turismo e lazer;



- 10.1.16.Serviço de transporte;
- 10.1.17.Serviços de saúde pública;
- 10.1.18.Segurança e higiene no trabalho.

Cláusula 31.ª

Seguro de Acidentes Pessoais – Residência Estudantil

1. Objeto do seguro

- 1.1. Pretende-se um seguro de Acidentes Pessoais que garanta eventuais acidentes de que resultem danos corporais sofridos pelos utentes da(s) residência(s) estudantil(s) explorada(s) pela entidade Adjudicante, e que ocorram dentro da(s) instalação(ões) identificadas após a adjudicação do contrato.

2. Coberturas e Capitais por Pessoa Segura

- 2.1. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente

- 2.1.1.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.
- 2.1.1.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.
- 2.1.1.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;



2.1.1.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.1.2.Despesas de Tratamento e Repatriamento

2.1.2.1. O Adjudicatário garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice, bem como das despesas extraordinárias de repatriamento em transporte clinicamente aconselhado em função das referidas lesões

2.1.2.2. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.1.2.3. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.1.2.4. Por despesas de repatriamento entendem-se as relativas ao transporte clinicamente aconselhado;

2.1.2.5. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.1.3.Despesas de funeral

2.1.3.1. O adjudicatário garantirá, até aos valores fixados, o pagamento das despesas com o funeral da Pessoa Segura;

2.1.3.2. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem demonstrar ter pago as mesmas, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.2. Os montantes de capital a segurar, por pessoa, são os seguintes:



Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
25.000,00€	2.5000,00€	2.500,00€

2.3. Outras condições

2.3.1. Derrogando tudo o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, o seguro deverá garantir, até ao limite indemnizatório fixado para a cobertura de Despesas de Tratamento e de Repatriamento, as consequências de sinistros que se traduzam em:

- 2.3.1.1. Lumbagos, roturas e ou distensões musculares, de ligamentos, articulações e/ou tendões;
- 2.3.1.2. Implantação, reparação ou substituição de próteses e/ou ortóteses, em consequência de acidente garantido pela apólice e desde que dele resultem danos corporais;
- 2.3.1.3. Despesas com Estomatologia diretamente relacionadas com acidente garantido pelas coberturas da apólice;
- 2.3.1.4. Reconstituição cosmética por acidente garantido pela apólice;
- 2.3.1.5. Despesas de transporte que se adequem à natureza da lesão, desde que o meio de transporte específico seja prescrito pelo médico assistente.

2.3.2. Caso seja expressamente solicitado, a seguradora encaminhará a pessoa sinistrada para os seus serviços clínicos, assumindo diretamente, junto do seu prestador clínico, o pagamento das despesas de tratamento até ao montante fixado na cobertura.

- 2.3.2.1. Sem prejuízo de o sinistrado poder optar pela modalidade de reembolso, no caso de ser solicitada assistência clínica ao Segurador, este, salvo situações de urgência, encaminhará o sinistrado para a sua rede clínica convencionada e assumirá, sem custos para o sinistrado, todas as despesas de tratamento até ao seu completo restabelecimento ou até ao esgotamento do capital definido na cobertura “Despesas de tratamento e repatriamento”.



2.3.3.A seguradora procederá à emissão de termos de responsabilidade, sempre que tal seja solicitado, no caso de intervenções cirúrgicas ou tratamentos que o justifiquem, na sequência de acidentes cobertos pela apólice.

2.3.3.1. Para enquadramento do número anterior, entende-se que se justifica a emissão de termo de responsabilidade por parte da seguradora, quando, à data de início do tratamento, se venha a estimar que o seu custo final possa vir a ultrapassar os 500,00€.

3. Exclusões

3.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

3.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;

3.1.2. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

3.1.3. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;

3.1.4. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;

3.1.5. Suicídio ou tentativa de suicídio;

3.1.6. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;

3.1.7. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;

3.1.8. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;

3.1.9. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;

3.1.10. Pilotagem de aeronaves;

3.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;

3.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;



- 3.1.13. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);
- 3.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;
- 3.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato;
- 3.1.16. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;
- 3.1.17. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, “lock-outs”, distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;
- 3.1.18. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;
- 3.1.19. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;
- 3.1.20. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

4. Pessoas seguras

- 4.1. Estima-se que fiquem seguros através desta apólice **90 (noventa) alunos**.

5. Funcionamento da apólice

- 5.1. A apólice será emitida de acordo com a listagem inicial enviada pela Entidade Adjudicante, e o prémio do primeiro recibo será processado em função do número de pessoas que constar



dessa listagem inicial.

5.2. Sempre que for incluído um novo residente será emitido um recibo de prémio suplementar pró-rata temporis desde a data de inclusão e a data de vencimento do contrato.

5.3. Sempre que for excluído um residente será emitido um recibo de estorno pró-rata temporis desde a data de exclusão e a data de vencimento do contrato

6. Franquias

6.1. Sem franquias.

7. Início do seguro

7.1. A data de início prevista para o seguro é 01 de dezembro de 2023.

7.2. A apólice deverá ter acerto de vencimento para o dia 01 de setembro.

8. Forma de pagamento

8.1. O pagamento dos prémios será trimestral.

9. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

9.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

9.1.1. No Anexo III “*Mapa de Preços e Quantidades*” os prémios para cada anuidade deverão ser apresentados tendo em consideração que:

9.1.1.1. Preço Total do 1º Ano – Preço correspondente a 275 dias de risco;

9.1.1.2. Preço total do 2º Ano – Preço correspondente a 12 meses de risco;

9.1.1.3. Preço Total do 3º Ano – Preço correspondente a 12 meses de risco.



Cláusula 32.^a

Seguro de Acidentes Pessoais – Mobilidade (Erasmus e Programas análogos)

1. Objeto do seguro

- 1.1. Pretende-se um seguro de Acidentes Pessoais que garanta os alunos do Centro de Promoção Social que se encontrem deslocados no estrangeiro ao abrigo de programas Erasmus ou outros análogos.

2. Coberturas e Capitais por Pessoa Segura

- 2.1. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente;

2.1.2. Responsabilidade Civil;

2.1.3. Equipamento Eletrónico;

2.1.4. Assistência em Viagem.

- 2.2. Morte ou Invalidez Permanente: Capital de 50.000,00€

2.2.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, o Adjudicatário pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.2.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, o Adjudicatário pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.2.3. Se a desvalorização ou a soma desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;

2.2.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.



2.3. Responsabilidade Civil: Capital de 20.000,00€ com franquia de 50,00€ por sinistro

2.3.1.A seguradora garante a responsabilidade civil extracontratual da pessoa segura, decorrente da sua vida privada;

2.3.2.A garantia abrange, até ao limite de capital seguro, as indemnizações que legalmente sejam exigíveis à pessoa segura por atos ou omissões cometidos no decurso da sua vida privada.

2.3.3.Admite-se que sejam excluídas das garantias desta cobertura:

2.3.3.1. A responsabilidade civil profissional;

2.3.3.2. Responsabilidade criminal, assim como todos os danos decorrentes da prática de um crime;

2.3.3.3. A utilização ou propriedade de quaisquer veículos aquáticos, aéreos ou terrestres, exceto bicicletas sem motor quando utilizadas em recintos privados ou públicos não sujeitos ao Código da Estrada;

2.3.3.4. A Prática de atividades desportivas de caça e pesca, mesmo como amador, e de todas as restantes quando sejam praticadas em condições competitivas;

2.3.3.5. O Exercício de qualquer atividade profissional, mercantil, industrial, política, ou de um cargo ou atividade em associações ou organizações de qualquer tipo, mesmo não remunerada;

2.3.3.6. Explosão originada na manipulação, uso, armazenagem ou simples posse de materiais destinados a serem utilizados como explosivo;

2.3.3.7. Uso, posse ou propriedade de armas de fogo, ainda que as mesmas se destinem a uso desportivo;

2.3.3.8. Animais utilizados ou detidos temporariamente com finalidades lucrativas;

2.3.3.9. Os danos causados a objetos ou animais confiados à guarda ou alugados pelo Segurado e ainda os que tenham sido entregues para transporte, manejo ou uso;

2.3.3.10. Os danos sofridos por quaisquer pessoas cuja responsabilidade se garante, pelo cônjuge, ascendentes e descendentes do Segurado ou pelas pessoas que com estes



coabitem ou vivam a seu cargo, bem como pelas que tenham relações de trabalho com o Segurado;

2.3.3.11. As multas de qualquer natureza e consequências pecuniárias de processo criminal ou de litígio com má-fé;

2.3.3.12. Atos intencionais ou temerários das pessoas cuja responsabilidade se garante, bem como os praticados em estado de inconsciência voluntariamente adquirida;

2.3.3.13. Quaisquer danos que devam ser garantidos ao abrigo de seguros obrigatórios;

2.3.3.14. Lucros cessantes ou perdas indiretas de qualquer natureza;

2.3.3.15. Indemnizações fixadas a título de danos punitivos (punitive damages), danos de vingança (vindictive damages), danos exemplares (exemplary damages) e outras de características semelhantes.

2.4. Equipamento Eletrónico: Capital de 1.000,00€ com franquia de 50,00€ por sinistro

2.4.1. Ficam garantidos os danos sofridos por computadores fixos (desktop) ou portáteis (laptop), híbridos e tablets.

2.4.2. A seguradora garante os danos sofridos pelo equipamento eletrónico da pessoa segura, em virtude de:

2.4.2.1. Defeitos de projeto, de materiais, de fabrico ou montagem, que não possam ser detetados por exame exterior e que sejam desconhecidos à data da celebração da apólice;

2.4.2.2. Erros de manobra, imperícia, negligência e incompetência;

2.4.2.3. Incêndio e sua extinção (com ou sem origem no próprio equipamento), impacto de raio, explosão, fumo, fuligem, gases corrosivos e danos por chamuscado e incandescência;

2.4.2.4. Efeitos de corrente elétrica, nomeadamente, sobretensão ou sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, isolamento deficiente, magnetismo e implosão;

2.4.2.5. Roubo ou furto dos bens seguros, quando praticados, respetivamente, por:



2.4.2.5.1. Subtração ou apropriação ilegítima dos bens seguros através de atos violentos contra as pessoas que se encontrem no local de risco ou ainda através de ameaças com perigo iminente para a sua integridade física, ou pondo-as, por qualquer meio, na impossibilidade de resistir;

2.4.2.5.2. Subtração ou apropriação ilegítima dos bens, desde que os mesmos se encontrem em locais fechados ou de acesso restrito e a prática do ato possa ser inequivocamente comprovada através de vestígios.

2.4.3. Para efeitos desta garantia apenas são considerados os equipamentos relativamente aos quais sejam apresentados documentos comprovativos da sua aquisição.

2.4.4. No caso de furto ou roubo, é ainda obrigatória a apresentação da respetiva participação feita às autoridades competentes.

2.4.5. Admite-se que sejam excluídas das garantias desta cobertura:

2.4.5.1. Danos devidos a desgaste pelo uso ou a qualquer deficiência de funcionamento mecânico;

2.4.5.2. Que estejam abrangidos nas garantias do fornecedor, fabricante ou instalador;

2.4.5.2.1. Danos em máquinas ou equipamentos adquiridos ou em utilização há mais de 5 (cinco) anos.

2.5. Exclusões

2.5.1. Admite-se que sejam aplicadas às coberturas descritas nos pontos anteriores as seguintes exclusões:

2.5.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;

2.5.1.2. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;

2.5.1.3. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;



- 2.5.1.4. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;
- 2.5.1.5. Suicídio ou tentativa de suicídio;
- 2.5.1.6. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;
- 2.5.1.7. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;
- 2.5.1.8. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;
- 2.5.1.9. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;
- 2.5.1.10. Pilotagem de aeronaves;
- 2.5.1.11. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;
- 2.5.1.12. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;
- 2.5.1.13. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);
- 2.5.1.14. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;
- 2.5.1.15. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato;
- 2.5.1.16. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;
- 2.5.1.17. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, “lock-outs”, distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;
- 2.5.1.18. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;
- 2.5.1.19. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de



quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;

2.5.1.20. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

2.6. Assistência em Viagem

2.6.1. Por esta cobertura devem ficar garantidos, no mínimo, os seguintes riscos com os seguintes limites de indemnização:

- 2.6.1.1. Transporte ou repatriamento sanitário de feridos e doentes: Ilimitado
- 2.6.1.2. Acompanhamento durante o Transporte ou Repatriamento sanitário: Ilimitado,
- 2.6.1.3. Acompanhamento da Pessoa segura hospitalizada: Estadia e alimentação até 100,00€/dia no máximo 10 dias;
- 2.6.1.4. Transporte de ida e volta para familiar e respetiva estadia: Transporte ilimitado, Estadia e alimentação até 100,00€/dia no máximo de 10 dias;
- 2.6.1.5. Prolongamento de estadia em hotel: Transporte ilimitado, Estadia e alimentação até 100,00€/dia no máximo de 10 dias;
- 2.6.1.6. Despesas médicas cirúrgicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro: Até 5.000,00 € com franquia de 75,00€;
- 2.6.1.7. Transporte ou repatriamento de falecidos e das pessoas seguras acompanhantes: Transporte ilimitado, Urna 2.000,00€, estadia e alimentação até 100,00€/dia no máximo de 3 dias;
- 2.6.1.8. Regresso antecipado: Transporte ilimitado;
- 2.6.1.9. Pagamento de despesas médicas no país de origem: Só em caso de internamento hospitalar, até 5.000,00€ com franquia de 25,00€
- 2.6.1.10. Adiantamento de fundos: Até 5.000,00€;



- 2.6.1.11. Localização, envio de medicamentos de urgência para o estrangeiro: Acesso ao serviço Ilimitado;
- 2.6.1.12. Pagamento de despesas de comunicação: Ilimitado;
- 2.6.1.13. Aconselhamento médico telefónico: Ilimitado;
- 2.6.1.14. Segunda opinião médica: Ilimitado;
- 2.6.1.15. Cancelamento antecipado da Viagem: Até 2.000,00€;
- 2.6.1.16. Interrupção de Viagem: Até 2.000,00€;
- 2.6.1.17. Atraso na receção de bagagens: Até 1.000,00€;
- 2.6.1.18. Despesas por atraso no voo: Atraso superior a 8 horas: 150,00€/dia até ao máximo de 300,00€;
- 2.6.1.19. Perda de ligações aéreas: Até 150,00€/dia no máximo de 300,00€;
- 2.6.1.20. Perda de voo por falha de transportes públicos: Até 150,00€/dia no máximo de 300,00€;
- 2.6.1.21. Extravio, Dano ou Roubo de Bagagem: até 150,00€ por objeto, no máximo de 1.500,00€;
- 2.6.1.22. Defesa penal no estrangeiro: Até 5.000,00€;
- 2.6.1.23. Reclamação jurídica de danos no estrangeiro: Até 5.000,00€;
- 2.6.1.24. Avanço de cauções penais no estrangeiro: Até 3.000,00€.

3. Pessoas seguras

- 3.1. Estima-se que, em cada ano letivo, estejam deslocados **25 (vinte e cinco) alunos**, subdivididos pelos seguintes períodos:
 - 3.1.1.1. Igual ou inferior a 30 dias: 10 alunos;
 - 3.1.1.2. Igual ou superior a 31 dias e igual ou inferior a 60 dias: 10 alunos;
 - 3.1.1.3. Igual ou superior a 61 dias e igual ou inferior a 90 dias: 5 alunos;

4. Funcionamento da apólice

- 4.1. O concorrente deverá propor uma apólice aberta, por ano e seguintes, que funcione por aplicações e, após cada comunicação, proceder à emissão de um recibo solto correspondente ao período de deslocação e ao número de alunos deslocados.
- 4.2. O concorrente, se assim o entender, poderá também propor a emissão de apólices temporárias



com a emissão de recibos de prémio únicos.

5. Franquias

5.1. As franquias são as que se encontram mencionadas em cada cobertura.

5.2. As coberturas onde não são mencionadas franquias, estão isentas de qualquer franquias.

6. Início do seguro

6.1. No caso de o concorrente apresentar uma apólice aberta, por ano e seguintes, que funcione por aplicações, a data de início será a data da primeira comunicação da Entidade Adjudicante e a apólice deverá ter o vencimento acertado para o dia 01 de setembro.

6.2. No caso de o concorrente apresentar apólices temporárias, a data de início e a data de termo de cada apólice será em função das comunicações efetuadas pela Entidade Adjudicante.

7. Forma de pagamento

7.1. Os prémios serão pagos à medida que forem sendo emitidos os recibos relativos às comunicações.

8. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

8.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

9. Informação complementar

9.1. As deslocações ocorrerão para países da Europa (Zona A).

Cláusula 33.^a

Seguro de Acidentes Pessoais – Viagens

1. Objeto do seguro



1.1. Pretende-se um seguro de Acidentes Pessoais que garanta o pessoal docente ou outras pessoas com vínculo ao Centro de Promoção Social, durante suas deslocações ao estrangeiro para acompanhamento dos alunos que se encontram em programas de mobilidade.

2. Coberturas e Capitais por Pessoa Segura

2.1. A apólice deverá garantir, no mínimo, as seguintes coberturas:

2.1.1. Morte ou Invalidez Permanente;

2.1.2. Despesas de tratamento em Portugal por acidente da pessoa segura;

2.1.3. Responsabilidade Civil

2.1.4. Assistência em Viagem

2.2. Morte ou Invalidez Permanente: Capital de 50.000,00€

2.2.1. Em caso de Morte da Pessoa Segura, ocorrida imediatamente ou no decurso de dois anos a contar da data do acidente, a Seguradora pagará aos herdeiros legais o capital seguro.

2.2.2. Ocorrendo a Invalidez permanente da Pessoa Segura, clinicamente constatada e fixada através de relatório médico no decurso de dois anos a contar da data do acidente garantido pela apólice, a Seguradora pagará o montante correspondente à aplicação da percentagem de desvalorização sofrida pela pessoa segura, ao capital seguro.

2.2.3. Se a desvalorização ou a soma das desvalorizações for superior a 66%, o valor da indemnização corresponderá ao montante total do capital seguro para a presente garantia;

2.2.4. O capital seguro não é cumulável para os riscos de Morte e de Invalidez Permanente pelo que, se a Pessoa Segura falecer em consequência de acidente, e esse falecimento ocorrer no prazo de dois anos a contar do acidente, ao capital por Morte será abatido o capital por Invalidez Permanente que eventualmente tenha sido atribuído ou pago relativamente ao mesmo acidente.

2.3. Despesas de Tratamento em Portugal, por acidente da pessoa segura: 2.500,00€

2.3.1. A Seguradora garantirá em relação às Pessoas Seguras identificadas, nos termos a seguir previstos e até ao valor acima fixado, o reembolso das despesas necessárias para o tratamento das lesões sofridas em consequência de acidentes garantidos pela apólice.



2.3.2. Por Despesas de Tratamento entendem-se as relativas a honorários médicos e internamento hospitalar, incluindo a assistência medicamentosa e de enfermagem, que forem necessárias em consequência do acidente;

2.3.3. No caso de ser necessário tratamento clínico regular, e durante todo o período do mesmo, consideram-se também incluídas as despesas de deslocação ao médico, hospital, clínica ou posto de enfermagem, desde que o meio de transporte utilizado seja adequado à gravidade da lesão;

2.3.4. O reembolso das despesas acima garantidas será feito a quem as demonstrar ter pago, contra entrega da respetiva documentação comprovativa.

2.4. Responsabilidade Civil: 2.500,00€

2.4.1. A seguradora garante a responsabilidade civil extracontratual da pessoa segura, decorrente da sua vida privada;

2.4.2. A garantia abrange, até ao limite de capital seguro, as indemnizações que legalmente sejam exigíveis à pessoa segura por atos ou omissões cometidas no decurso da sua vida privada.

2.4.3. Sem prejuízos das exclusões que constam do ponto seguinte, admite-se que sejam excluídas das garantias desta cobertura:

2.4.3.1. A responsabilidade civil profissional;

2.4.3.2. Responsabilidade criminal, assim como todos os danos decorrentes da prática de um crime;

2.4.3.3. A utilização ou propriedade de quaisquer veículos aquáticos, aéreos ou terrestres, exceto bicicletas sem motor quando utilizadas em recintos privados ou públicos não sujeitos ao Código da Estrada;

2.4.3.4. A prática de atividades desportivas de caça e pesca, mesmo como amador, e de todas as restantes quando sejam praticadas em condições competitivas;

2.4.3.5. Explosão originada na manipulação, uso, armazenagem ou simples posse de materiais destinados a serem utilizados como explosivo;

2.4.3.6. Uso, posse ou propriedade de armas de fogo, ainda que as mesmas se destinem



a uso desportivo;

- 2.4.3.7. Animais utilizados ou detidos temporariamente com finalidades lucrativas;
- 2.4.3.8. Os danos causados a objetos ou animais confiados à guarda ou alugados pelo Segurado e ainda os que tenham sido entregues para transporte, manejo ou uso;
- 2.4.3.9. Os danos sofridos por quaisquer pessoas cuja responsabilidade se garante, pelo cônjuge, ascendentes e descendentes do Segurado ou pelas pessoas que com estes coabitem ou vivam a seu cargo, bem como pelas que tenham relações de trabalho com o Segurado;
- 2.4.3.10. As multas de qualquer natureza e consequências pecuniárias de processo criminal ou de litígio com má-fé;
- 2.4.3.11. Atos intencionais ou temerários das pessoas cuja responsabilidade se garante, bem como os praticados em estado de inconsciência voluntariamente adquirida;
- 2.4.3.12. Quaisquer danos que devam ser garantidos ao abrigo de seguros obrigatórios;
- 2.4.3.13. Lucros cessantes ou perdas indiretas de qualquer natureza;
- 2.4.3.14. Indemnizações fixadas a título de danos punitivos (punitive damages), danos de vingança (vindictive damages), danos exemplares (exemplary damages) e outras de características semelhantes;
- 2.4.3.15. Danos causados por acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;
- 2.4.3.16. Danos causados por acidentes provocados por aeronaves, embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;
- 2.4.3.17. As indemnizações devidas nos termos da legislação de Acidentes de Trabalho e Doenças profissionais;
- 2.4.3.18. Resultantes do exercício de qualquer atividade profissional, mercantil, industrial, escolar ou política, ou de um cargo ou atividade em associações ou organizações de qualquer tipo, mesmo não remunerada;
- 2.4.3.19. Os danos resultantes da alteração do meio-ambiente, em particular os



emergentes, direta ou indiretamente, de poluição, contaminação do solo, das águas ou da atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidade, corrente elétrica ou substâncias nocivas.

2.5. Exclusões

2.5.1. Admite-se que sejam aplicadas às coberturas descritas nos pontos anteriores as seguintes exclusões:

- 2.5.1.1. Inobservância das disposições preventivas das leis e regulamentos em geral, e em especial, os relativos à prática das diversas atividades desportivas, culturais ou recreativas;
- 2.5.1.2. Ação ou omissão da Pessoa Segura sob o efeito do álcool ou bebida alcoólica que determine grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas por litro e/ou uso de estupefacientes fora da prescrição médica, ou quando incapaz de controlar os seus atos;
- 2.5.1.3. Ações ou omissões criminosas da Pessoa Segura;
- 2.5.1.4. Ações ou omissões negligentes da Pessoa Segura, quando a negligência possa ser qualificada de grave;
- 2.5.1.5. Suicídio ou tentativa de suicídio;
- 2.5.1.6. Ações praticadas pela Pessoa Segura sobre si própria;
- 2.5.1.7. Ações praticadas pelo Beneficiário sobre a Pessoa Segura;
- 2.5.1.8. Ações praticadas pela Entidade Adjudicante sobre a Pessoa Segura;
- 2.5.1.9. Ações praticadas por todos aqueles pelos quais sejam civilmente responsáveis quaisquer das pessoas referidas nos três pontos anteriores sobre a Pessoa Segura;
- 2.5.1.10. Hérnias de qualquer natureza, varizes e suas complicações;
- 2.5.1.11. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;
- 2.5.1.12. Pilotagem de aeronaves;
- 2.5.1.13. Perturbações ou danos do foro psíquico, única e exclusivamente;



- 2.5.1.14. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (S.I.D.A.);
- 2.5.1.15. Ataque cardíaco, salvo se for causado por traumatismo físico externo à Pessoa Segura;
- 2.5.1.16. Quaisquer outras doenças quando não se provem, por diagnóstico médico inequívoco que são consequência direta de acidente garantido pelo contrato;
- 2.5.1.17. Cataclismos da natureza, tais como ventos ciclónicos, terremotos, maremotos, e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação de queda de raio;
- 2.5.1.18. Guerra, declarada ou não, invasão, atos de inimigos estrangeiros, rebelião, revolução, insurreição, greves, “lock-outs”, distúrbios laborais, tumultos, alterações da ordem pública, atos de vandalismo, execução de lei marcial, usurpação de poder civil ou militar e atos de terrorismo, tal como se encontram tipificados na legislação penal;
- 2.5.1.19. Acidentes resultantes de explosão ou quaisquer outros fenómenos direta ou indiretamente relacionados com a desintegração ou fusão de núcleos de átomos, bem como os efeitos da contaminação radioativa;
- 2.5.1.20. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;
- 2.5.1.21. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

2.6. Assistência em Viagem

- 2.6.1.1. Aconselhamento médico: Ilimitado;
- 2.6.1.2. Despesas médicas, farmacêuticas e de hospitalização no estrangeiro:



50.000,00€, com franquia de 50,00 €;

2.6.1.3. Pagamento de despesas médicas em Portugal:

2.6.1.3.1. Na sequência de despesas médicas no estrangeiro: 10.000,00€;

2.6.1.3.2. Em caso de acidente em Portugal: 1.500,00€, com franquia de 200,00€;

2.6.1.4. Localização e envio de medicamentos de urgência para o estrangeiro: Ilimitado;

2.6.1.5. Acompanhamento da pessoa segura hospitalizada: Estadia até 50,00€/dia num máximo de 500,00€;

2.6.1.6. Transporte de ida e volta de familiar e respetiva estadia: Transporte ilimitado e estadia até 50,00€/dia no máximo de 500,00€;

2.6.1.7. Encargos com crianças no estrangeiro: Ilimitado;

2.6.1.8. Repatriamento, transporte sanitário de feridos e doentes: Ilimitado;

2.6.1.9. Transporte ou repatriamento após morte da pessoa segura: Transporte ilimitado, Urna até 300,00€, estadia até 50,00€/dia no máximo de 500,00€;

2.6.1.10. Regresso antecipado da pessoa segura: Ilimitado;

2.6.1.11. Adiantamento de fundos no estrangeiro: 1,250,00€;

2.6.1.12. Pagamento de despesas de comunicação: Ilimitado;

2.6.1.13. Perda de ligações aéreas: 100,00€/dia, no máximo de 500,00€;

2.6.1.14. Despesas por atraso de voo: 500,00€, com franquia de 24 horas;

2.6.1.15. Atraso na receção da Bagagem: 300,00€, com franquia de 24 horas;

2.6.1.16. Perda, dano, furto ou roubo de bagagem: até 250,00€ por objeto no máximo de 2,500,00€;

2.6.1.17. Renovação de documentos pessoais: até 150,00€

2.6.1.18. Procura e transporte de bagagem perdida: Ilimitado;

2.6.1.19. Assistência jurídica no estrangeiro

2.6.1.19.1. Defesa da pessoa segura em processo penal: até 3.000,00€;

2.6.1.19.2. Reclamação jurídica: Ilimitado;



- 2.6.1.19.3. Valor mínimo para intentar ações penais: 750,00€;
- 2.6.1.20. Adiantamento de cauções penais:
 - 2.6.1.20.1. Custas processuais: até 750,00€;
 - 2.6.1.20.2. Liberdade provisória: Até 3.000,00€
- 2.6.1.21. Cancelamento antecipado de viagem: 2.000,00€
- 2.6.1.22. Interrupção de viagem: € 2.000,00;

3. Pessoas seguras

- 3.1. Estima-se que, anualmente, fiquem seguras, através desta apólice, **12 (doze) pessoas**, subdivididos pelos seguintes períodos:
 - 3.1.1.1. Viagens iguais ou inferiores a 3 dias: 1 pessoa;
 - 3.1.1.2. Viagens superiores a 3 dias e iguais ou inferiores a 8 dias: 1 pessoa;
 - 3.1.1.3. Viagens superiores a 8 dias e iguais ou inferiores a 15 dias: 10 pessoas.

4. Funcionamento da apólice

- 9.2. O concorrente deverá propor uma apólice aberta por ano e seguintes que funcione por aplicações e, após cada comunicação, proceder à emissão de um recibo solto correspondente ao período de deslocação e ao número de alunos deslocados.
- 9.3. O concorrente, se assim o entender, poderá também propor apólices temporárias com a emissão de recibos de prémio únicos.

10. Franquias

- 10.1. As franquias são as que se encontram mencionadas em cada cobertura.
- 10.2. As coberturas onde não são mencionadas franquias, estão isentas de qualquer franquias.

11. Início do seguro

- 11.1. No caso de o concorrente apresentar uma apólice aberta, por ano e seguintes, que funcione por aplicações, a data de início será a data da primeira comunicação da Entidade Adjudicante e a apólice deverá ter o vencimento acertado para o dia 01 de setembro.
- 11.2. No caso de o concorrente apresentar apólices temporárias, a data de início de cada apólice será em função das comunicações efetuadas pela Entidade Adjudicante.



12. Forma de pagamento

- 12.1. Os prémios serão pagos à medida que forem sendo emitidos os recibos relativos às comunicações.

13. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

- 13.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em prémios comerciais por pessoa, prémios totais por pessoa, prémios comerciais e prémios totais com encargos, devendo também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

14. Informação complementar

- 14.1. As viagens ocorrerão para países da europa (Zona A).

Cláusula 34.º

Seguro de Frota Automóvel

1. Objeto e âmbito do Seguro

- 1.1. Pretende-se um seguro de responsabilidade civil automóvel e danos próprios, incluindo em países abrangidos pela carta verde, nos termos previstos no regime de sistema do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel aprovado pelo Decreto-Lei nº 291/2007, de 21 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 153/2008, de 6 de agosto, para a frota automóvel da Entidade Adjudicante com base num único prémio anual para todo o período de vigência do contrato.
- 1.2. A frota automóvel da Entidade Adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como por eventuais viaturas cedidas por protocolo a esta e cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida e ainda por veículos eventualmente cedidos, por protocolo, pela Entidade Adjudicante a outras Entidades, sendo atualmente a frota automóvel constituída pelas viaturas que constam do **Anexo A (Frota Automóvel)**.
- 1.3. A apólice pretendida é de frota.

2. Capitais e coberturas



2.1. Os capitais e as coberturas pretendidos para cada veículo são os que constam no **Anexo A (Frota Automóvel)**.

2.2. Descrição das abreviaturas utilizadas no **Anexo A (Frota Automóvel)**:

2.2.1. Valor Atual: Valor atual do veículo a garantir pelas coberturas de danos próprios, estando os extras nele incorporados automaticamente garantidos sem necessidade de serem discriminados e valorizados, uma vez que a totalidade do capital seguro da viatura indicado reflete a soma do valor do veículo e dos seus extras;

2.2.2. R.C: Responsabilidade Civil Automóvel com o limite de indemnização indicado no Anexo A (Frota Automóvel) que garanta:

2.2.2.1. A obrigação de seguro de responsabilidade civil automóvel, fixada no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto;

2.2.2.2. Até aos limites indicados no Anexo A (Frota Automóvel) e nas condições legalmente estabelecidas:

2.2.2.2.1. A responsabilidade civil do Tomador do Seguro, proprietário do veículo, usufrutuário, adquirente com reserva de propriedade ou locatário em regime de locação financeira, bem como dos seus legítimos detentores e condutores, pelos danos, corporais e materiais, causados a terceiros;

2.2.2.2.2. A satisfação da reparação devida pelos autores de furto, roubo, furto de uso de veículos ou de acidentes de viação dolosamente provocados.

2.2.2.3. *São aceites as seguintes exclusões específicas na garantia de Responsabilidade Civil Obrigatória:*

2.2.2.3.1. *Os danos corporais sofridos pelo condutor do veículo seguro responsável pelo acidente, assim como os danos decorrentes daqueles;*

2.2.2.3.2. *Os danos materiais causados às seguintes pessoas:*

2.2.2.3.2.1. *Condutor do veículo responsável pelo acidente;*

2.2.2.3.2.2. *Tomador do Seguro;*

2.2.2.3.2.3. *Todos aqueles cuja responsabilidade é, nos termos legais, garantida, nomeadamente em consequência da compropriedade do veículo seguro;*

2.2.2.3.2.4. *Sociedades ou representantes legais das pessoas coletivas responsáveis pelo acidente, quando no exercício das suas funções;*



- 2.2.2.3.2.5. *Cônjuge, ascendentes, descendentes ou adotados das pessoas referidas nas alíneas a) a c), assim como outros parentes ou afins até ao 3.º grau das mesmas pessoas, mas, neste último caso, só quando elas coabitem ou vivam a seu cargo;*
- 2.2.2.3.2.6. *Aqueles que, nos termos dos artigos 495.º, 496.º e 499.º do Código Civil, beneficiem de uma pretensão indemnizatória decorrente de vínculos com alguma das pessoas referidas nas alíneas anteriores;*
- 2.2.2.3.2.7. *A passageiros, quando transportados em contravenção às regras relativas ao transporte de passageiros constantes do Código da Estrada, onde designadamente relevam os regimes especiais relativos ao transporte de crianças, ao transporte fora dos assentos e ao transporte em motocicletas, triciclos, quadriciclos e ciclomotores;*
- 2.2.2.3.3. *Os danos causados no próprio veículo seguro;*
- 2.2.2.3.4. *Os danos causados nos bens transportados no veículo seguro, quer se verifiquem durante o transporte quer em operações de carga e descarga;*
- 2.2.2.3.5. *Quaisquer danos causados a terceiros em consequência de operações de carga e descarga;*
- 2.2.2.3.6. *Os danos devidos, direta ou indiretamente, a explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;*
- 2.2.2.3.7. *Quaisquer danos ocorridos durante provas desportivas e respetivos treinos oficiais, salvo tratando-se de seguro de provas desportivas, caso em que se aplicam as presentes condições gerais com as devidas adaptações previstas para o efeito pelas partes;*
- 2.2.2.3.8. *Nos casos de roubo, furto ou furto de uso de veículos e acidentes de viação dolosamente provocados, o seguro não garante a satisfação das indemnizações devidas pelos respetivos autores e cúmplices para com o proprietário, usufrutuário, adquirente com reserva de propriedade ou locatário em regime de locação financeira, nem para com os autores ou cúmplices ou*



para com os passageiros transportados que tivessem conhecimento da posse ilegítima do veículo e de livre vontade nele fossem transportados;

2.2.2.4. São aceites as seguintes exclusões específicas nas coberturas de Responsabilidade Civil Facultativa:

2.2.2.4.1. Danos causados a terceiros, em consequência de acidente de viação resultante de furto, roubo ou furto de uso;

2.2.2.4.2. Os danos causados por um veículo rebocado a um veículo rebocador ou por este àquele ainda que ao contrato se aplique a Cláusula Particular de Inclusão do Serviço de Reboque;

2.2.2.4.3. Danos ou lesões causados a pessoas transportadas, quando o veículo seguro não esteja oficialmente autorizado para o transporte de pessoas;

2.2.2.4.4. Responsabilidade civil contratual;

2.2.2.4.5. Quaisquer danos causados a terceiros em consequência de acidentes ocorridos com o veículo seguro no perímetro interior de aeroportos ou aeródromos.

2.2.3.C.C.C.: Choque, Colisão ou Capotamento que garanta os danos no veículo seguro resultantes do embate contra qualquer corpo fixo ou sofrido por aquele quando imobilizado, os danos no veículo seguro resultantes do embate com qualquer outro corpo em movimento ou os danos no veículo seguro resultantes de situação em que este perca a sua posição normal e não resulte de Choque ou Colisão;

2.2.3.1. São aceites as seguintes exclusões específicas na cobertura de Choque, Colisão ou Capotamento:

2.2.3.1.1. Danos nas capotas de lona, jantes, câmaras de ar e pneus, exceto se resultarem de choque colisão ou capotamento e quando acompanhados de outros danos ao veículo;

2.2.3.1.2. Danos resultantes da circulação em locais reconhecidos como não acessíveis ao veículo;

2.2.3.1.3. Causados por objetos transportados ou durante operações, de carga e descarga;



2.2.3.1.4. *Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias;*

2.2.3.1.5. *Danos causados exclusivamente pelo veículo rebocado ao veículo rebocador ou por este àquele, ainda que se aplique a Cláusula Particular de “Inclusão do Serviço de Reboque”, exceto se a presente cobertura tiver sido subscrita em relação a ambas as unidades;*

2.2.3.1.6. *Danos que consistam em riscos, raspões, fendas ou ocorram em consequência de operações de montagem ou desmontagem ou instalação defeituosa*

2.2.4.I.R.E.: Incêndio, Raio ou Explosão que garanta o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro em consequência de incêndio, queda de raio ou explosão, quer o veículo se encontre em marcha ou parado, quer esteja recolhido em garagem ou noutro local;

2.2.4.1. *São aceites as seguintes exclusões específicas na cobertura de Incêndio, Raio ou Explosão:*

2.2.4.1.1. *Danos na aparelhagem ou instalação elétrica, quando resultem de queda de raio;*

2.2.4.1.2. *Danos provocados por incêndio ou explosão que tenha origem em atos ou omissões dolosos da Entidade Adjudicante, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;*

2.2.4.1.3. *Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias;*

2.2.4.1.4. *Danos produzidos em capotas de lona isoladamente.*

2.2.5.F.R.: Furto ou Roubo que garanta o ressarcimento dos danos causados ao veículo seguro por furto ou roubo, quer estes se traduzam no desaparecimento, na destruição ou deterioração do veículo e/ou dos seus componentes, quer na subtração de peças fixas e indispensáveis à sua utilização;

2.2.5.1. *São aceites as seguintes exclusões específicas na cobertura de furto ou roubo:*

2.2.5.1.1. *Danos que consistam em lucros cessantes, perda de benefícios ou de resultados para o Tomador do Seguro e/ou Segurado em consequência de privações de uso, gastos de substituição ou depreciação do veículo seguro;*



- 2.2.5.1.2. *Furto ou roubo cometido por pessoas que coabitem ou dependam economicamente do Tomador do Seguro/Segurado, pessoas que se encontram ao seu serviço, ou por quem, em geral, aqueles sejam civilmente responsáveis;*
- 2.2.5.1.3. *Danos diretamente produzidos por lama ou alcatrão ou outros materiais utilizados na construção das vias;*

2.2.6.F.N.: Fenómenos da Natureza que garanta o ressarcimento das perdas ou danos no veículo seguro em consequência da ação direta de:

- 2.2.6.1. Queda de árvores, telhas, chaminés, muros ou construções urbanas provocadas por vento violento, ciclones, tempestades, temporais e trombas de água;
- 2.2.6.2. Tufões, ciclones, tornados e erupções vulcânicas;
- 2.2.6.3. Trombas de água, chuvas torrenciais, enxurradas ou aluimento de terras;
- 2.2.6.4. Tremores de terra, terremotos e maremotos;
- 2.2.6.5. Abatimento de pontes, túneis ou outras obras de engenharia e de queda acidental de aeronaves.
- 2.2.6.6. *É aceite a seguinte exclusão específica na cobertura de Fenómenos da natureza:*
 - 2.2.6.6.1. *Danos produzidos em capotas de lona isoladamente.*

2.2.7.A.M.: Atos de Vandalismo, maliciosos ou de sabotagem que garanta o ressarcimento das perdas ou danos no veículo seguro em consequência de:

- 2.2.7.1. Atos de vandalismo, considerando-se como tal os atos causados por terceiro com o exclusivo intuito de apenas danificar o veículo seguro;
- 2.2.7.2. Atos de pessoas que tomem parte em greves ou distúrbios no trabalho, bem como de tumultos ou alterações da ordem pública, quando diretamente resultantes de tais manifestações laborais;
- 2.2.7.3. Atos praticados por qualquer autoridade legalmente constituída, em virtude de medidas tomadas por ocasião da ocorrência mencionada nas alíneas anteriores, para a salvaguarda ou proteção de pessoas e bens;
- 2.2.7.4. *É aceite a seguinte exclusão específica na cobertura de Fenómenos da Natureza:*
 - 2.2.7.4.1. *Danos produzidos em capotas de lona isoladamente*



2.2.8.Q.V.: Quebra isolada de vidros que garanta o ressarcimento dos danos resultantes da quebra de vidros do veículo seguro – ou equivalente em matéria sintética – por qualquer causa não expressamente excluída.

2.2.8.1. A cobertura de Quebra Isolada de Vidros, quando contratada, deverá ser subscrita nos seguintes termos:

2.2.8.1.1. Sem qualquer franquia;

2.2.8.1.2. Com um capital para cada viatura nunca inferior ao indicado no Anexo A (Frota Automóvel).

2.2.8.1.3. No caso de a Entidade Adjudicante optar por não recorrer ao(s) prestador(es) convencionado(s), o adjudicatário reserva-se ao direito de efetuar a peritagem da viatura sinistrada na oficina reparadora indicada pela entidade Adjudicante.

2.2.8.2. *Na cobertura de Quebra Isolada de Vidros, aceitam-se as seguintes exclusões específicas:*

2.2.8.2.1. *Quebra de quaisquer faróis ou farolins e espelhos retrovisores;*

2.2.8.2.2. *Danos que ocorram em consequência de operações de montagem ou desmontagem ou instalação defeituosa;*

2.2.9.OCUP: Ocupantes na Modalidade Proteção ao Condutor

2.2.9.1. Sempre que a cobertura seja subscrita deverá garantir os seguintes capitais mínimos:

2.2.9.1.1. Morte ou Invalidez Permanente: 25.000,00€

2.2.9.1.2. Despesas de Tratamento e Repatriamento: 10% do capital de Morte ou Invalidez;

2.2.10. A.V.: Assistência em viagem

2.2.10.1. Quando subscrita, além de todas as outras garantias que constem das Condições Gerais e Especiais apresentadas pelo concorrente, a cobertura deverá garantir:

2.2.10.1.1. Um capital mínimo de 350,00€ para “primeiro” reboque;

2.2.10.1.2. Ausência de qualquer franquia quilométrica;



2.2.10.1.3. Garantia de continuação de viagem até ao local de destino ou garantia de continuação de viagem até à residência dos ocupantes da viatura sinistrada.

2.2.11. V.S.P.U. Viatura de Substituição ou Privação de Uso

2.2.11.1. Quando subscrita, deverá ser garantida Viatura de Substituição de categoria e cilindrada equivalentes às do veículo seguro, ou Indemnização Diária por Privação de Uso com o “Nível” indicado no mapa da frota automóvel (VS-1, VS-2, VS-3, PU-1, PU-2 ou PU-3):

2.2.11.1.1. Viatura de Substituição “VS-1”

2.2.11.1.1.1. Garantia de viatura de substituição por avaria, nos seguintes moldes:

2.2.11.1.1.1.1. Limite de Intervenções por anuidade – 3 ocorrências;

2.2.11.1.1.1.2. Período de dias por ano – 5 dias (pelo período da reparação).

2.2.11.1.1.2. Quando a viatura avariada for elétrica, e nas empresas de Rent-a-car localizadas num raio de 30 Kms da sede da Entidade Adjudicante não existirem esse tipo de viaturas, aceita-se que seja disponibilizada uma viatura das mesmas características movida a gasóleo ou gasolina.

2.2.11.1.1.3. Em caso de impossibilidade de ser disponibilizada uma viatura de características idênticas às da viatura sinistrada, por uma empresa de Rent-a-car localizada num raio de 30 Kms da sede da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário procederá ao pagamento de uma indemnização diária, durante o período de paralisação/imobilização previstos nos pontos anteriores, sem necessidade de a Entidade Adjudicante entregar qualquer documento comprovativo de despesas. A indemnização Diária será calculada em função do preço que as empresas de Rent-a-car praticam para o cliente comum.

2.2.11.1.2. Viatura de Substituição “VS-2”

2.2.11.1.2.1. Garantia de viatura de substituição, por avaria

2.2.11.1.2.1.1. Limite de Intervenções por anuidade – 3 ocorrências;

2.2.11.1.2.1.2. Período de dias por ano – 5 dias (pelo período da imobilização).



2.2.11.1.2.2. Quando a viatura avariada for elétrica, e nas empresas de Rent-a-car localizadas num raio de 30 Kms da sede da Entidade Adjudicante não existirem esse tipo de viaturas, aceita-se que seja disponibilizada uma viatura das mesmas características movida a gasóleo ou gasolina.

2.2.11.1.2.3. Em caso de impossibilidade de ser disponibilizada uma viatura de características idênticas às da viatura sinistrada, por uma empresa de Rent-a-car localizada num raio de 30 Kms da sede da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário procederá ao pagamento de uma indemnização diária, durante o período de paralisação/imobilização previstos nos pontos anteriores, sem necessidade de a Entidade Adjudicante entregar qualquer documento comprovativo de despesas. A indemnização Diária será calculada em função do preço que as empresas de Rent-a-car praticam para o cliente comum.

2.2.11.1.3. Viatura de Substituição “VS-3”

2.2.11.1.3.1. Garantia de viatura de substituição em caso de Acidente ou de avaria:

2.2.11.1.3.1.1. Limite de Intervenções por anuidade – 3 ocorrências;

2.2.11.1.3.1.2. Período de dias por ano – 5 dias (pelo período da imobilização).

2.2.11.1.3.2. Quando a viatura avariada ou acidentada for elétrica, e nas empresas de Rent-a-car localizadas num raio de 30 Kms da sede da Entidade Adjudicante não existirem esse tipo de viaturas, aceita-se que seja disponibilizada uma viatura das mesmas características movida a gasóleo ou gasolina.

2.2.11.1.3.3. Em caso de impossibilidade de ser disponibilizada uma viatura de características idênticas às da viatura sinistrada, por uma empresa de Rent-a-car localizada num raio de 30 Kms da sede da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário procederá ao pagamento de uma indemnização diária, durante o período de paralisação/imobilização previstos nos pontos anteriores, sem necessidade de a Entidade Adjudicante entregar qualquer documento comprovativo de despesas.



A indemnização Diária será calculada em função do preço que as empresas de Rent-a-car praticam para o cliente comum.

2.2.11.1.4. Privação Uso “PU-1”

2.2.11.1.4.1. O adjudicatário procederá a uma Indemnização Diária pela privação de uso da viatura sinistrada, no montante de 50,00€/ dia, nos seguintes termos:

2.2.11.1.4.1.1. Em caso de Choque, colisão ou capotamento, Incêndio, raio ou explosão de Riscos catastróficos e Atos de vandalismo até ao limite máximo de trinta (30) dias por anuidade;

2.2.11.1.4.1.2. Em caso de Furto ou roubo até ao máximo de sessenta (60) dias por anuidade;

2.2.11.1.4.1.3. Em caso de Avaria até ao máximo de dez (10) dias por anuidade;

2.2.11.1.4.2. O início do pagamento do valor diário será:

2.2.11.1.4.2.1. Caso exista imobilização – Desde o dia do pedido de marcação de peritagem ou início da reparação nos casos de avaria;

2.2.11.1.4.2.2. Caso não exista imobilização – Desde o dia do início da reparação;

2.2.11.1.4.2.3. Em caso de desaparecimento – Desde o dia da participação às Autoridades.

2.2.11.1.5. Privação Uso “PU-2”

2.2.11.1.5.1. O adjudicatário procederá a uma Indemnização Diária pela privação de uso da viatura sinistrada, no montante de 100,00€/ dia, nos seguintes termos:

2.2.11.1.5.1.1. Em caso de Choque, colisão ou capotamento, Incêndio, raio ou explosão de Riscos catastróficos e Atos de vandalismo até ao limite máximo de trinta (30) dias por anuidade;

2.2.11.1.5.1.2. Em caso de Furto ou roubo até ao máximo de sessenta (60) dias por anuidade;



- 2.2.11.1.5.1.3. Em caso de Avaria até ao máximo de dez (10) dias por anuidade;
- 2.2.11.1.5.2. O início do pagamento do valor diário será:
 - 2.2.11.1.5.2.1. Caso exista imobilização – Desde o dia do pedido de marcação de peritagem ou início da reparação nos casos de avaria;
 - 2.2.11.1.5.2.2. Caso não exista imobilização – Desde o dia do início da reparação;
 - 2.2.11.1.5.2.3. Em caso de desaparecimento – Desde o dia da participação às Autoridades.
- 2.2.11.1.6. Privação Uso “PU-3”
 - 2.2.11.1.6.1. O adjudicatário procederá a uma Indemnização Diária pela privação de uso da viatura sinistrada, no montante de 150,00€/ dia, nos seguintes termos:
 - 2.2.11.1.6.1.1. Em caso de Choque, colisão ou capotamento, Incêndio, raio ou explosão de Riscos catastróficos e Atos de vandalismo até ao limite máximo de trinta (30) dias por anuidade;
 - 2.2.11.1.6.1.2. Em caso de Furto ou roubo até ao máximo de sessenta (60) dias por anuidade;
 - 2.2.11.1.6.1.3. Em caso de Avaria até ao máximo de dez (10) dias por anuidade;
 - 2.2.11.1.6.2. O início do pagamento do valor diário será:
 - 2.2.11.1.6.2.1. Caso exista imobilização – Desde o dia do pedido de marcação de peritagem ou início da reparação nos casos de avaria;
 - 2.2.11.1.6.2.2. Caso não exista imobilização – Desde o dia do início da reparação;
 - 2.2.11.1.6.2.3. Em caso de desaparecimento – Desde o dia da participação às Autoridades.

2.2.12. Frang: Franquia máxima a aplicar nas coberturas de Danos Próprios, com exceção da cobertura de Quebra Isolada de Vidros.

3. Exclusões admissíveis em coberturas facultativas



- 3.1. São aceites as seguintes exclusões nas coberturas facultativas de Danos próprios e na parte facultativa do capital de responsabilidade civil.
- 3.1.1. Sinistros em que o veículo seja conduzido por pessoa que, para tal, não esteja legalmente habilitada ou esteja inibida, por lei ou decisão judicial, de conduzir;
- 3.1.2. Danos causados intencionalmente pelo Tomador do Seguro, Segurado, pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis ou às quais tenham confiado a guarda ou utilização do veículo seguro;
- 3.1.3. Sinistros resultantes de demência do condutor do veículo ou quando este conduza em contravenção à legislação aplicável à condução sob o efeito de álcool, ou sob a influência de estupefacientes, outras drogas, produtos tóxicos ou fármacos cujo os efeitos, diretos ou secundários, resultem na diminuição da capacidade de condução, ou ainda quando aquele se recuse a submeter-se aos testes de alcoolemia ou de deteção de estupefacientes, bem como quando, voluntariamente e por sua iniciativa, abandone o local do acidente de viação antes da chegada da autoridade policial, quando esta tenha sido chamada por si ou por outra entidade;
- 3.1.4. Sinistros ocorridos em serviço diferente e de maior risco do que aquele que estiver contratado nas Condições Particulares do Contrato;
- 3.1.5. Sinistros originados pelo veículo quando não tiverem sido cumpridas as disposições sobre inspeção obrigatória ou outras relativas à homologação do veículo, exceto se for feita prova de que o sinistro não foi provocado ou agravado pelo mau estado do veículo, nem por causa conexa com a falta de homologação;
- 3.1.6. Sinistros causados por excesso ou mau acondicionamento de carga, transporte de objetos ou participação em atividades que ponham em risco a estabilidade e domínio do veículo;
- 3.1.7. Danos provocados ou agravados por defeito de construção, montagem ou afinação, vício próprio ou má conservação do veículo;
- 3.1.8. Danos causados intencional ou involuntariamente pelos próprios ocupantes ou outras pessoas, com quaisquer objetos que empunhem ou arremessem;
- 3.1.9. Danos resultantes de situações de guerra, revoluções, execução da lei marcial ou usurpação de poder civil ou militar;
- 3.1.10. Atos de terrorismo, tais como tipificados na legislação penal portuguesa;



3.1.11. Atos de sabotagem, tais como tipificados na legislação penal portuguesa.

4. Outras condições

4.1. Todos os reboques têm seguro próprio de responsabilidade civil automóvel pelo que ficará derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas que constituem a frota automóvel da Entidade Adjudicante, sem necessidade de identificar as viaturas que efetuam esse serviço.

5. Início do seguro

5.1. Prevê-se que o seguro inicie no dia 01 de janeiro de 2024.

5.2. A apólice de frota deve iniciar com 8 (oito viaturas), sendo posteriormente incluídas outras 3 viaturas em função das respetivas datas de vencimento de cada uma delas.

5.2.1. Viatura de matrícula 66-75-ZA – Data de início em 01.01.2024;

5.2.2. Viatura de matrícula 86-GS-54 – Data de início em 01.01.2024;

5.2.3. Viatura de matrícula 42-44-SV – Data de início em 01.01.2024;

5.2.4. Viatura de matrícula 36-AB-72 – Data de início em 01.01.2024;

5.2.5. Viatura de matrícula 72-CM-81 – Data de início em 01.01.2024;

5.2.6. Viatura de matrícula 46-BU-15 – Data de início em 01.01.2024;

5.2.7. Viatura de matrícula 62-79-LB – Data de início em 01.04.2024;

5.2.8. Viatura de matrícula 44-AT-86 – Data de início em 01.01.2024;

5.2.9. Viatura de matrícula AV-95-NB – Data de início em 16.01.2024;

5.2.10. Viatura de matrícula 20-HN-76 – Data de início em 28.02.2024;

5.2.11. Viatura de matrícula 78-LI-72 – Data de início em 04.03.2024;

5.3. A apólice de frota deverá ter acerto de vencimento para o dia 01 de setembro.

6. Forma de pagamento

6.1. O pagamento do prémio será trimestral.

7. Proposta e demais condições a apresentar pelo concorrente

7.1. A proposta e demais condições a apresentar pelo concorrente deverá traduzir-se em prémio comercial e prémio total para o conjunto das viaturas. Deverão ainda ser apresentadas as condições gerais da apólice.

7.2. A proposta a apresentar pelo cliente deverá ter em consideração:

7.2.1. Preço do 1º ano



- 7.2.1.1. Veículo de matrícula 66-75-ZA – Prémio correspondente a 244 dias de risco
- 7.2.1.2. Viatura de matrícula 86-GS-54 – Prémio correspondente a 244 dias de risco;
- 7.2.1.3. Viatura de matrícula 42-44-SV – Prémio correspondente a 244 dias de risco;
- 7.2.1.4. Viatura de matrícula 36-AB-72 – Prémio correspondente a 244 dias de risco;
- 7.2.1.5. Viatura de matrícula 72-CM-81 – Prémio correspondente a 244 dias de risco;
- 7.2.1.6. Viatura de matrícula 46-BU-15 – Prémio correspondente a 244 dias de risco;
- 7.2.1.7. Viatura de matrícula 62-79-LB – Prémio correspondente a 244 dias de risco;
- 7.2.1.8. Viatura de matrícula 44-AT-86 – Prémio correspondente a 244 dias de risco;
- 7.2.1.9. Viatura de matrícula AV-95-NB – Prémio correspondente a 229 dias de risco;
- 7.2.1.10. Viatura de matrícula 20-HN-76 – Prémio correspondente a 186 dias de risco;
- 7.2.1.11. Viatura de matrícula 78-LI-72 – Prémio correspondente a 181 dias de risco.
- 7.2.2. Preço do 2º ano – Prémio correspondente a 12 meses para todas as viaturas;
- 7.2.3. Preço do 3º ano – Prémio correspondente a 12 meses para todas as viaturas.

Cláusula 35.ª

Seguro de Multirriscos Patrimoniais

1. Objeto e âmbito do Seguro

- 1.1. Pretende-se um seguro para os bens patrimoniais, incluindo benfeitorias, ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património mobiliário ou imobiliário da Entidade Adjudicante.
- 1.2. Ficam incluídos na definição do número anterior:
 - 1.2.1. Todos os bens, independentemente de se tratar de edifícios, utensílios, máquinas, material de exposição, equipamentos fixos ou móveis/portáteis;
 - 1.2.2. Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da Entidade Adjudicante, incluindo objetos ou bens de caráter artístico para exposição;
 - 1.2.3. Ficam também garantidos os bens em deslocação, para qualquer local de risco ou para ser expostos em feiras ou exposições.
 - 1.2.4. Os bens que constituem o recheio podem estar em qualquer um dos locais de risco.



2. Capitais e coberturas

- 2.1. Os capitais a segurar de todos os bens, estão identificados no **Anexo B (Mapa do Património)** do caderno de encargos.
- 2.2. A Entidade Adjudicante, se tal se justificar, poderá incluir e/ou excluir bens patrimoniais e/ou atualizar os valores seguros, procedendo o adjudicatário, em qualquer um destes casos, à emissão de recibos de acerto de prémio (*recibos de prémio suplementar ou recibos de estorno de prémio*).
- 2.3. Fica expressamente estabelecido que se, quando um sinistro ocorrer, existir excesso de capital seguro para quaisquer bens seguros, o dito excesso de capital aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros.
- 2.4. O contrário da alínea anterior aplicar-se-á se, no momento do sinistro, existir insuficiência de capital seguro nos bens afetados.

3. Riscos cobertos e limites de indemnização

- 3.1. Ficam expressamente definidos os limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

COBERTURAS	LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO POR RISCO
Incêndio, Queda de Raio e Explosão	100 % Capital seguro para o risco
Tempestades	100 % Capital seguro para o risco
Inundações	100 % Capital seguro para o risco
Danos por água	100 % Capital seguro para o risco
Danos por neve, granizo ou gelo	100 % Capital seguro para o risco
Danos por fumo, fuligem ou cinzas	100% Capital seguro para o risco
Combustão espontânea	100% Capital seguro para o risco
Pesquisa avarias	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Danos de caráter estético	Capital de 50.000,00 por ano e sinistro
Aluimento de terras	100 % Capital seguro para o risco
Derrame de Sistemas Hidráulicos de Proteção contra Incêndio	100 % Capital seguro para o risco
Derrame acidental de óleo	100% Capital seguro para o risco
Queda de Aeronaves	100 % Capital seguro para o risco
Choque ou impacto de objetos sólidos ou de animais	100 % Capital seguro para o risco
Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado	100 % Capital seguro para o risco



Despesas com guarda e vigilância	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Furto ou roubo e danos derivados de furto ou roubo tanto em conteúdos como em imóveis	100 % Capital seguro para o risco
Greves, tumultos e alterações da ordem pública	100 % Capital seguro para o risco
Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem	100 % Capital seguro para o risco
Danos em Muros, Vedações e Portões dos locais de risco identificados na apólice (em 1º risco)	Capital de 100.000,00€ por ano e sinistro
Limpeza, demolição e remoção de escombros	Capital de 250.000,00€ por ano e sinistro
Quebra ou queda de antenas	Capital de 10.000,00€ por ano e sinistro
Quebra ou queda de painéis solares, fotovoltaicos ou sistemas eólicos	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Queda de vidros, espelhos, pedras mármore, louças sanitárias, reclamos ou anúncios luminosos	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Quebra ou queda accidental de bens móveis	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Privação temporária do local arrendado ou ocupado	10% Capital seguro do conteúdo para o risco
Danos em bens do senhorio	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Danos em bens de terceiros confiados à guarda do tomador (1º risco)	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Desenhos e documentos	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Honorários de peritos	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Perda de Rendas	Capital de 50.000,00€ por ano e sinistro
Danos em bens transportados entre locais de risco ou para feiras ou exposições	Capital de 10.000,00€ por ano e sinistro
Danos em jardins	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Danos em bens de empregados	Capital de 1.250,00€ por sinistro e 5.000,00€ por ano
Danos em bens ao ar livre (em 1º risco)	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Furto ou roubo de valores, incluindo dinheiro, em caixa, cofre ou trânsito	Capital de 5.000,00€ por ano e sinistro
Riscos Elétricos em 1º risco (inclui qualquer potência)	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Equipamento Eletrónico (em 1º risco)	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Avaria de Máquinas (em 1º risco)	Capital de 25.000,00€ por ano e sinistro
Assistência ao estabelecimento	

4. Condições Especiais

- 4.1. Indexação de capitais convencionada: anualmente os capitais seguros serão acrescidos em 5% (cinco por cento), prescindindo assim a seguradora de aplicação da regra proporcional, desde que os capitais reais não excedam 15,00% do valor seguro.



- 4.2. Cláusula Valor de Substituição: a base sobre a qual se calculará a quantia indenizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos. O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao do sinistro.
- 4.3. Adiantamento por conta de sinistros: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela apólice e, após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica a seguradora obrigada a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.
- 4.4. Danos em bens de terceiros à guarda do Segurado: O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, incluído objetos/ou bens de carácter cultural, histórico ou artístico, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens até ao limite, por ano e sinistro, estipulado. Esta cobertura funciona em 1º risco.
- 4.5. Locais de risco: O presente contrato garante todo o património do Tomador em qualquer local de risco identificado na apólice, ou, quando em deslocação, em qualquer outro local.
- 4.6. Danos em bens transportados: Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre, no território nacional, de equipamentos, máquinas, materiais de uso e outros bens, propriedade do segurado ou de terceiros à sua guarda, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, choque, colisão ou capotamento, Atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.
- 4.7. Queda ou quebra accidental de bens móveis: Ficam garantidos os danos accidentais em consequência de queda que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando à sua guarda, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.
- 4.8. Bens ao ar livre: Derrogando tudo aquilo que em contrário se encontrar estipulado nas condições gerais entregues pelos concorrentes, o seguro garantirá, através de todas as



coberturas contratualizadas, em primeiro risco e até ao montante estipulado, por sinistro e anuidade, as estruturas fixas que se encontrem ao ar livre, tais como equipamentos desportivos e recreativos, equipamentos de fitness, sistemas de iluminação e outros equipamentos análogos, bem como outras estruturas fixas que se encontrem ao ar livre em logradouros e em edifícios, não totalmente fechados, independentemente de se encontrarem, ou não, em zona vedada, ficando também revogados os pressupostos de arrombamento, escalonamento e outros para o acionamento das coberturas de furto ou roubo.

- 4.9. Riscos Elétricos: ficam garantidos os danos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e eletrónicas e seus acessórios, nomeadamente por sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos por eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Fica também derogada qualquer limitação de potencia que seja imposta nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente. Esta cobertura funciona em 1º risco.
- 4.10. Exposições temporárias: Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, nas suas instalações ou outras, fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos da Entidade Adjudicante, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação. A apólice garante, em 1º risco, os danos ocorridos nos objetos em exposição, através de todas as coberturas contratadas na apólice, até ao limite de 25.000,00€ por ano e sinistro.
- 4.11. Antiguidades, coleções e pares ou séries de objetos: Se, em caso de sinistro garantido pela apólice, se danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido, sendo o segurado a decidir se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto. O segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida, caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:



- 4.11.1. Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados;
- 4.11.2. Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.
- 4.12. Danos em bens de empregados: Ficam garantidos pelas coberturas do contrato os danos sofridos pelos bens pertencentes a empregados ou colaboradores da Entidade Adjudicante, incluindo títulos e valores, que ocorram durante o período laboral, tanto no interior como no exterior dos locais de trabalho, até ao limite estipulado, por sinistro e por anuidade.
- 4.13. Assistência ao estabelecimento: Em caso de sinistro será prestada assistência ao estabelecimento seguro através do envio de profissionais qualificados para a contenção e reparação do tipo de danos em causa. A assistência ao estabelecimento funcionará nos termos das Condições Gerais entregues pelo concorrente.

5. Exclusões

- 5.1. São admitidas as seguintes exclusões:
- 5.1.1. Guerra, declarada ou não, invasão, ato de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas, guerra civil, insurreição, rebelião e revolução;
- 5.1.2. Atos de terrorismo e/ou de sabotagem, como tal tipificados na legislação penal portuguesa vigente;
- 5.1.3. Levantamento militar ou ato de poder militar legítimo ou usurpado;
- 5.1.4. Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros, por ordem do governo ou de qualquer autoridade instituída, salvo quando praticados com o fim de salvamento em razão de qualquer risco coberto pelo contrato;
- 5.1.5. Explosão, libertação de calor e irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioatividade e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas;
- 5.1.6. Reparação, remoção, uso ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;



- 5.1.7. Danos causados pela alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição e/ou contaminação do solo, da água ou da atmosfera, assim como danos causados à biodiversidade;
- 5.1.8. Atos ou omissões intencionais, praticados pelo Segurado ou por pessoas por quem seja civilmente responsável, com o objetivo de produzir um dano;
- 5.1.9. Furto, roubo ou extravio de objetos seguros quando praticados durante ou na sequência de qualquer outro sinistro coberto pelo contrato;
- 5.1.10. Ação da luz ou de uma fonte de calor, em estampas ou quadros seguros;
- 5.1.11. Contaminação por agentes químicos e/ou bacteriológicos, entendendo-se por contaminação o envenenamento, ou a prevenção e/ou a limitação de uso de objetos devido aos efeitos de substâncias químicas e/ou biológicas;
- 5.1.12. Utilização de mísseis;
- 5.1.13. Perdas ou danos em máquinas e/ou equipamentos, com locomoção própria, quando não se encontrarem armazenados ou parquados nos imóveis designados nas Condições Particulares, mesmo que se tenha verificado a ocorrência de qualquer risco garantido pela apólice;
- 5.1.14. Reclamações que originem pagamentos ou compensações de qualquer espécie que possam expor o Segurador a qualquer sanção, proibição ou restrição ao abrigo de resoluções das Nações Unidas, ou sanções comerciais ou económicas, leis ou regulamentos da União Europeia.
- 5.1.15. Danos sofridos por edifícios de construções clandestinas, entendendo-se como tal àquelas que não tenham sido previamente legalizadas pelas autoridades competentes, quando o próprio sinistro ou o agravamento das suas consequências tenha origem em tal facto;
- 5.1.16. Danos resultantes de trabalhos de reparação, beneficiação ou reconstrução do edifício seguro ou do local onde se encontrem os bens seguros, bem como os causados em edifícios contíguos ou adjacentes, salvo quando esta situação tenha sido previamente comunicada ao Adjudicatário e por este aceite;
- 5.1.17. Danos sofridos pelos aparelhos que derem origem a uma explosão, quando integrados no equipamento necessário ao processo de fabrico, não ficarão garantidos ao abrigo do



presente Contrato, exceto se a explosão resultar de uma causa externa ao próprio aparelho.

5.1.18. Violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa

5.1.19. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Segurador reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar

5.1.20. Perdas Cibernéticas e Dados LMA 5401

5.1.20.1. Perdas Cibernéticas;

5.1.20.1.1. Perdas, danos, responsabilidades, reclamações, custos, despesas de qualquer natureza direta ou indiretamente causadas, emergentes, resultantes ou em conexão com qualquer perda de uso, redução de funcionalidade, reparação, substituição, reposição ou reprodução de quaisquer Dados, incluindo qualquer montante relativo ao valor dos referidos Dados, independentemente de qualquer outra causa ou evento que tenha estado na origem das mesmas, em simultâneo ou em qualquer outra sequência;

5.1.20.1.2. No caso de qualquer parte da presente exclusão ser declarada inválida ou inaplicável, o restante conteúdo da Exclusão permanece em vigor;

5.1.20.1.3. Esta exclusão tem prevalência e, se estiver em conflito com qualquer outra redação ou exclusão da apólice que esteja relacionada com Perdas Cibernéticas ou Perda de Dados, substitui a referida redação

5.1.20.1.4. Definições:

5.1.20.1.4.1. “*Perdas Cibernéticas*” significa quaisquer perdas, danos, responsabilidades, reclamações, custos, despesas de qualquer natureza direta ou indiretamente causadas, emergentes, resultantes ou em conexão com qualquer ato cibernético ou incidente cibernético, incluindo, nomeadamente, qualquer ação tomada para controlar, evitar, suprimir ou reparar qualquer ato cibernético ou incidente cibernético;



5.1.20.1.4.2. *“Ato Cibernético”* significa um ato não autorizado, malicioso ou criminoso ou uma série de atos relacionados não autorizados, maliciosos ou criminosos, independentemente de hora e local, ou a ameaça ou falsidade no âmbito dos mesmos que envolva o acesso, processamento, utilização ou operação de qualquer Sistema Informático;

5.1.20.1.4.3. *“Incidente Cibernético”* significa:

5.1.20.1.4.3.1. Qualquer erro ou omissão ou série de erros ou omissões relacionados que envolvam o acesso, processamento, utilização ou operação de qualquer Sistema Informático;

5.1.20.1.4.3.2. qualquer indisponibilidade parcial ou total ou falha ou série de falhas que provoquem uma indisponibilidade parcial ou total no acesso, processamento, utilização ou operação de qualquer Sistema Informático;

5.1.20.1.4.4. *“Sistema Informático”* significa:

5.1.20.1.4.4.1. Qualquer computador, hardware, software, sistema de comunicação, dispositivo eletrónico (incluindo, nomeadamente, smartphones, laptops, tablets, wearables), servidor, “nuvem” ou microcontrolador, incluindo qualquer sistema semelhante ou qualquer configuração dos acima mencionados e incluindo qualquer entrada, saída, dispositivo de armazenamento de dados, equipamento de rede ou instalação de backup, pertencente ou operado pelo Segurado ou por qualquer outra parte;

5.1.20.1.4.5. *“Dados”* significa:

5.1.20.1.4.6. Informações, factos, conceitos, códigos ou qualquer outra informação de qualquer tipo que seja registada ou transmitida de forma a poder ser utilizada, acedida, tratada, transmitida ou armazenada por um Sistema Informático;

5.1.21. Exclusão de doenças contagiosas LMA 5394.

5.1.21.1. A apólice exclui todos e quaisquer danos, perdas, responsabilidades, custos ou despesas de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente por, surgindo de,



resultando de, ou relacionados de alguma forma com uma Doença Contagiosa ou com o receio ou ameaça (quer seja real ou percebido) de uma Doença Contagiosa, independentemente de qualquer outra causa ou evento que contribua concorrentemente ou por qualquer outra ordem para o mesmo;

5.1.21.2. Entende-se por “*Doença Contagiosa*” qualquer doença que pode ser transmitida por meio de qualquer substância ou agente de um qualquer organismo para outro organismo e em que:

5.1.21.2.1. A substância ou agente inclui, mas não se limita a, vírus, bactérias, parasitas ou qualquer outro organismo ou sua variante, vivo ou não vivo;

5.1.21.2.2. O método de transmissão, direto ou indireto, inclui, mas não se limita a transmissão aérea, transmissão através de fluidos corporais, transmissão a partir de ou para qualquer superfície ou objeto, sólido, líquido ou gasoso ou entre organismos;

5.1.21.2.3. A doença, substância, ou agente pode causar ou ameaçar causar danos à saúde humana ou ao bem-estar humano ou pode causar ou ameaçar causar danos, deterioração, perda de valor, perda de capacidade de comercialização ou perda de uso dos bens seguros.

5.2. São ainda admitidas as exclusões específicas aplicáveis a cada uma das coberturas, que constarem nas Condições Gerais apresentadas pelo concorrente, desde que essas exclusões não invalidem ou restrinjam o âmbito da(s) garantias(s) que constam do Caderno de Encargos

6. Franquias

6.1. Em caso de sinistro serão aplicadas as seguintes franquias:

6.1.1. Na cobertura de Danos em Bens de Empregados – Franquia fixa de 50,00€;

6.1.2. Nas restantes coberturas – Franquia de 10% do valor indemnizável no mínimo de 150,00€.

7. Capital Total a Segurar

7.1. Aos valores inicialmente seguros será aplicada uma taxa anual de indexação de 5%, devendo os concorrentes, na apresentação da sua proposta, considerar os seguintes montantes seguros:

7.1.1. Capital Total a segurar na 1ª anuidade: 5.526.275,43€;

7.1.2. Capital Total a segurar na 2ª anuidade: 5.802.589,20€;



7.1.3. Capital Total a segurar na 3ª anuidade: 6.092.718,66€.

8. Início do seguro

8.1. O seguro terá início em 01 de dezembro de 2023.

8.2. A apólice deverá ter acerto de vencimento para o dia 01 de setembro.

9. Forma de pagamento

9.1. O pagamento do prémio terá um fracionamento trimestral.

10. Propostas e demais condições a apresentar pelos concorrentes

10.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais, prémios comerciais e prémios totais com encargos. Deverão também ser apresentadas as condições gerais da apólice.

10.1.1. No Anexo III “*Mapa de Preços e Quantidades*” os prémios para cada anuidade deverão ser apresentados tendo em consideração que:

10.1.1.1. Preço Total do 1º Ano – Preço correspondente a 275 dias de risco;

10.1.1.2. Preço total do 2º Ano – Preço correspondente a 365 dias de risco;

10.1.1.3. Preço Total do 3º Ano – Preço correspondente a 365 dias de risco.

Cláusula 36.ª

Seguro de Responsabilidade Civil

1. Objeto e âmbito do seguro

1.1. Pretende-se uma apólice de Responsabilidade Civil, que garanta as consequências pecuniárias resultantes de danos corporais e/ou materiais da responsabilidade do tomador do seguro, em todo o território de Portugal.

2. Atividades do segurado

2.1. São consideradas atividades do segurado, ao abrigo da presente apólice, todas as atividades decorrentes das atribuições do Centro de Promoção Social conforme os seguintes CAE's: 88101, 85591, 88910, 88990, 56210 e 56290.



2.2. São ainda consideradas atividades do segurado, todas as iniciativas temporárias de caráter desportivo, recreativo ou cultural por ele promovidas ou em que ele participe.

3. Pessoas seguras

3.1. O tomador do seguro, seus representantes legais e todas as pessoas que o possam obrigar, quando no exercício das suas funções.

3.2. Os agentes colocados sob autoridade da Entidade Adjudicante no exercício das suas funções.

3.3. Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à Entidade Adjudicante.

4. Capitais e coberturas

4.1. Os limites de indemnização desta apólice são 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) por sinistro e anuidade.

4.2. A título enunciativo, mas não limitativo, o presente seguro deverá garantir o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes nomeadamente das seguintes responsabilidades:

4.2.1. Responsabilidade derivada da realização de trabalhos, serviços e prestação de serviços que resultem das atribuições e competências legais do segurado;

4.2.2. Responsabilidade derivada dos atos, erros ou omissões do segurado;

4.2.3. Responsabilidade derivada dos agentes que trabalhem por conta e sob direção do segurado, no exercício das suas funções e por causa desse exercício;

4.2.4. Responsabilidade por danos materiais e/ou corporais causados a terceiros que seja derivada de atos de alunos, em tudo o que excede o capital de responsabilidade civil previsto na apólice de Acidentes Pessoais – Escolar, bem como de formandos ou pessoas idosas quando sob tutela do segurado;

4.2.5. Responsabilidade derivada da organização de visitas de estudo, visitas culturais, passeios ou excursões com alunos, formandos ou pessoas idosas, bem como da sua estadia, tanto dentro como fora das instalações do segurado;

4.2.6. Responsabilidade derivada da qualidade de entidade empregadora, ficando garantidas as indemnizações pecuniárias devidas, a título de responsabilidade civil extracontratual, pelo segurado aos seus trabalhadores ou respetivos herdeiros, exclusivamente por danos não patrimoniais decorrentes de lesões corporais sofridas em consequência de acidente que, nos termos da lei, seja qualificado como de trabalho, excluindo-se os danos indemnizáveis ao abrigo do seguro de acidentes de trabalho, mesmo em caso de insuficiência da



respetiva apólice. Esta garantia tem um sub-limite máximo de indemnização de 100.000,00€ por sinistro e anuidade;

- 4.2.7. Responsabilidade derivada de incêndio e/ou explosão que tenha origem em propriedade do próprio segurado ou em propriedade por si ocupada;
- 4.2.8. Responsabilidade derivada da sua qualidade de proprietário, locatário, usufrutuário e inquilino decorrentes do uso e ou utilização de imóveis e equipamentos;
- 4.2.9. Responsabilidade derivada da deficiência das instalações, assim como provocados por outros objetos que façam parte integrante das instalações ou que aí se encontrem, desde que pertençam ou estejam à responsabilidade do segurado;
- 4.2.10. Responsabilidade derivada de materiais, utensílios ou decorações que façam parte integrante do normal funcionamento das instalações do segurado;
- 4.2.11. Responsabilidade derivada da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção ou reparação;
- 4.2.12. Responsabilidade derivada da laboração de máquinas e outro equipamento auxiliar que sejam utilizadas no seu interesse e/ou sob a sua direção efetiva;
- 4.2.13. Responsabilidade derivada da eletrocussão e queda total ou parcial de anúncios luminosos ou outros painéis publicitários e antenas que sejam propriedade do segurado ou sejam por ele sejam explorados;
- 4.2.14. Responsabilidade derivada da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação;
- 4.2.15. Responsabilidade derivada da organização de festas, conferências e reuniões e todas as atividades sociais, culturais, musicais, recreativas ou desportivas organizadas ou promovidas pela Entidade Adjudicante;
- 4.2.16. Responsabilidade resultante de danos corporais ou materiais provocados por equipamentos montados em viaturas de serviço excluídas pela apólice de responsabilidade civil obrigatória do ramo automóvel;
- 4.2.17. Responsabilidade de operações de carga, descarga e transporte de matérias, produtos ou equipamentos inerentes atividade do segurado;



- 4.2.18. Responsabilidade decorrentes de danos causados em bens de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- 4.2.19. Responsabilidade civil legal subsidiária e/ou solidária decorrente de danos causados por empresas contratadas e subcontratadas para a execução de obras e serviços, ficando salvaguardado o direito de regresso do segurador contra as entidades diretamente responsável pelos danos;
- 4.2.20. Em resultado da responsabilidade civil extracontratual legalmente imputável ao segurado, que seja decorrente de alteração do meio ambiente e ou deterioração de instalações ou bens de terceiros, causados por poluição ou contaminação provocados enquanto no exercício da atividade, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, única e exclusivamente quando a causa seja acidental, súbita e imprevisível.
- 4.2.21. Responsabilidade decorrente de obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos, e suas embalagens, produzidos, armazenados e/ou fornecidos pelo segurado se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens ou serviços;
- 4.2.22. Responsabilidade por intoxicação alimentar provocada por alimentos confeccionados ou fornecidos pelo segurado a utentes, funcionários ou terceiros, com um sub-limite de 100.000,00€ por sinistro e por anuidade;
- 4.2.23. Responsabilidade por perdas indiretas, lucros cessantes, paralisações e danos emergentes, desde que tais danos resultem de responsabilidades cobertas por esta apólice de seguro. Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 50.000,00€ por anuidade e sinistro;
- 4.2.24. Responsabilidade decorrente da posse, administração e exploração de parques infantis, nos termos do Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro, que regula as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte. Esta garantia tem o sublimite de indemnização legalmente exigido.

5. Condições Especiais



5.1. Âmbito Temporal: A garantia concedida pelo presente contrato de seguro cobre as reclamações efetuadas durante o período de vigência da apólice, em consequência de eventos ocorridos durante esse mesmo período e ainda as reclamações efetuadas durante o período máximo de 2 anos, a contar do seu termo ou cancelamento, relativamente a eventos ocorridos durante o período em que a apólice esteve em vigor;

5.2. Custos de defesa: Por esta cláusula, o Segurador pagará:

5.2.1. Todos os custos, honorários e despesas com o seu consentimento prévio, na investigação, defesa ou liquidação de qualquer ocorrência que seja ou que possa ser parte do objeto de indemnização, por esta apólice.

5.2.2. Os custos de representação em qualquer inquérito, investigação ou outros procedimentos respeitantes a assuntos que tenham relevância direta, com qualquer ocorrência que seja ou possa ser parte do objeto da indemnização, por esta apólice.

5.2.3. O Segurador responderá por estes custos até ao limite máximo de 50.000,00 euros por sinistro e anuidade.

6. Exclusões

6.1. Admite-se que sejam aplicadas ao contrato as seguintes exclusões:

6.1.1. Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;

6.1.2. Causados pelo Tomador do seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriagues ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;

6.1.3. Que devam ser garantidos ao abrigo de seguros obrigatórios, sem prejuízo das garantias explicitamente mencionadas no ponto 4 desta cláusula;

6.1.4. Decorrentes de acidentes de viação provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro;

6.1.5. Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;

6.1.6. Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;



- 6.1.7. Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;
- 6.1.8. Resultantes da remoção, utilização ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;
- 6.1.9. Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Tomador do Seguro, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de Acidentes de Trabalho, sem prejuízo do previsto na cobertura de Responsabilidade Civil Patronal mencionada no ponto 4 desta cláusula;
- 6.1.10. As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- 6.1.11. Causados a qualquer pessoa cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, ascendentes ou descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;
- 6.1.12. Sofridos pelos próprios produtos do segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos;
- 6.1.13. Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;
- 6.1.14. Ação de campos eletromagnéticos;
- 6.1.15. Danos originados por motivos de força maior, nomeadamente, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;
- 6.1.16. Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbestos ou produtos que contenham asbestos ou sílica;
- 6.1.17. Os danos decorrentes de atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativa de usurpação do poder, motins, comoção civil, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causadas por ordem do governo ou quaisquer outras entidades públicas, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e lock-out;



- 6.1.18. Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;
- 6.1.19. Derivados da interrupção ou suspensão, total ou parcial, da atividade exercida pelo segurado;
- 6.1.20. Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes do Anexo I da Diretiva nº 79/409/CEE ou dos Anexos I, II e IV da Diretiva nº 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidas por aquelas Diretivas, mas em relação às quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem como quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos;
- 6.1.21. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidas pela União Europeia, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, pelo OFAC (Office of Foreign Assets Control) ou pelo HM Treasury, desde que aplicáveis na ordem jurídica portuguesa, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos;
- 6.1.22. Em complemento do disposto no ponto anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Adjudicatário reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo

7. Franquias

- 7.1. A franquia por sinistro é de 10% dos prejuízos indemnizáveis no mínimo de 150,00€ (cento e cinquenta euros)
- 7.2. A franquia contratual não é oponível a terceiros lesados pelo que, após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia à Entidade Adjudicante, a qual providenciará o seu pagamento no prazo de 30 dias.
- 7.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, a seguradora aceitará, a pedido da Entidade Adjudicante, a condução do



processo, sendo que, neste caso, se houver lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, mesmo que de valor inferior à franquia, a seguradora procederá de acordo com o indicado no número anterior.

8. Início do seguro

- 8.1. O seguro deverá iniciar em 01 de dezembro de 2023;
- 8.2. O contrato deverá ter acerto de vencimento para o dia 01 de setembro.

9. Forma de Pagamento

- 9.1. O pagamento do prémio será trimestral.

10. Proposta e demais condições a apresentar pelos concorrentes

- 10.1. A proposta a apresentar pelos concorrentes deverá traduzir-se em taxas comerciais, taxas totais e prémios totais com encargos. Deverão também ser apresentadas as condições gerais da apólice.
 - 10.1.1. No Anexo III “*Mapa de Preços e Quantidades*” os prémios para cada anuidade deverão ser apresentados tendo em consideração que:
 - 10.1.1.1. Preço Total do 1º Ano – Preço correspondente a 275 dias de risco;
 - 10.1.1.2. Preço total do 2º Ano – Preço correspondente a 365 dias de risco;
 - 10.1.1.3. Preço Total do 3º Ano – Preço correspondente a 365 dias de risco.

11. Informações complementares

- 11.1. Volume de anual de salários estimado: 825.000,00€
- 11.2. Número de trabalhadores anuais estimados: 57
- 11.3. Orçamento para 2023: 1.800.000,00€
- 11.4. O Centro de Promoção Social explora um parque infantil frequentado pelas crianças da creche.



Anexos do Caderno de Encargos

1.1. Fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos os seguintes Anexos:

1.1.1. Anexo A – Frota Automóvel;

1.1.2. Anexo B – Património.